

A Crítica da Economia Política e a “Nova Dialética”: Marx, Hegel e o Problema da “Tese da Homologia” de Christopher J. Arthur¹

The Critique of Political Economy and the 'New Dialectic': Marx, Hegel and the Problem of Christopher J. Arthur's 'Homology Thesis'

ELENA LOUISA LANGE²

Resumo: Nos últimos anos, a “Nova Dialética” de Christopher J. Arthur tem tido um forte impacto sobre os estudos de Marx no mundo anglófono, destacando a correlação da dialética sistemática de Hegel (não histórica) com a obra central de Marx, *O Capital*, e, especialmente, na teoria de Marx da forma de valor. Ele afirma que as categorias da Lógica de Hegel e aquelas do início de *O Capital* de Marx mostram uma “homologia impressionante [...] à luz de algum trabalho de reconstrução menor.” (Arthur, 2004, p. 4). Este ensaio critica a leitura de Arthur de Marx e, especialmente, de Hegel contra o background das importantes contribuições para os estudos de Hegel das últimas décadas. Estes estudos foram pioneiros na teoria da dialética e na teoria das categorias, na sistematização da estrutura antinômica do conceito e o problema do pressuposto semântico-pragmático (*semantisch-pragmatischer Präsuppositions begriff*) da exposição científica. Não obstante o seu caráter fundamental para um tratamento erudito e para a compreensão da dialética

¹ Este artigo foi publicado anteriormente em inglês em *Crisis and Critique*, vol. 3, ed. 2. Agradeço aos editores da *Crisis and Critique* pela sua generosidade em me deixar republicar o artigo em português. Eu também gostaria de agradecer a Riccardo Bellofiore e Raji C. Steineck por seus comentários. Agradecimentos especiais para o tradutor do inglês para o português, língua que, para meu desgosto, eu não tive sorte o suficiente de aprender.

² Universidade de Zurique. E-mail: elena.lange@aoi.uzh.ch.

de Hegel, essas abordagens estão ausentes na intervenção de Arthur. Isto, como será mostrado, tem graves consequências para 1) a leitura de Arthur da Lógica de Hegel, 2) a aplicação de Arthur da dialética de Hegel para a apresentação da forma de valor de Marx e 3) a “suprassunção” de Marx em Hegel desenvolvida por Arthur. Será argumentado que o não-reconhecimento de Arthur do método dialético de Hegel também afeta negativamente o entendimento de Arthur do escopo e intenção do projeto crítico de Marx, especialmente a necessária relação interna entre trabalho abstrato, valor e dinheiro no início de *O Capital* vol. 1.

Palavras-chave: Marx; Teoria da forma de valor; dialética hegeliana; crítica do fetichismo; estrutura antinômica; Dieter Wandschneider; Michael Theunissen.

Abstract: In recent years, Christopher J. Arthur's 'New Dialectic' has had a Strong impact on Marx scholarship in the Anglophone world by highlighting the correlation of Hegel's systematic (non-historical) dialectic with Marx's central oeuvre, *Capital*, and especially in Marx's theory of the value form. He claims that the categories of Hegel's *Logic* and those of the beginning of Marx's *Capital* show a 'striking homology...given some minor reconstructive work.' (Arthur 2004, p. 4). This essay criticises Arthur's reading of Marx and especially Hegel against the background of important contributions to Hegel scholarship in the last decades. This scholarship has been groundbreaking in the theory of dialectic and category-theory, in the systematisation of the antinomical structure of the concept and the problem of the semantic-pragmatic presupposition (*semantisch-pragmatischer Präsuppositions begriff*) of the scientific exposition. Notwithstanding its foundational character for a scholarly treatment and understanding of Hegel's dialectic, these approaches are missing from Arthur's intervention. This, as will be shown, has grave consequences for 1) Arthur's reading of Hegel's *Logic*, 2) Arthur's application of Hegel's dialectic to Marx's presentation of the value form and 3) Arthur's 'sublation' of Marx in Hegel. It will be argued that Arthur's misrecognition of Hegel's dialectical method also negatively affects Arthur's understanding of the scope and intent of Marx's critical project, especially the necessary inner relation between abstract labour, value and money at the beginning of *Capital* vol. 1.

Keywords: Marx, value form theory, Hegelian dialectic, critique of fetishism, antinomical structure, Dieter Wandschneider, Michael Theunissen

INTRODUÇÃO

É a visão da autora do presente ensaio que uma sólida crítica nas ciências filológicas-hermenêuticas só pode ser justificada com base no fato de que os textos em questão têm de ser medidos contra as suas próprias afirmações. Isto é especialmente importante quando essas afirmações são

fracas, mas requerem não menos atenção se estas afirmações são fortes³. Dizer que as categorias básicas de *O Capital* de Marx como elas estão desdobradas nos cinco primeiros capítulos do Volume 1 são “homólogas” ou que têm de ser “identificadas” com as de ambos os volumes da *Ciência da Lógica* de Hegel é certamente uma afirmação do último tipo. Mais ainda, é a afirmação de que *O Capital* de Marx em sua estrutura básica segue o mesmo método como todo o corpus textual da *Lógica* de Hegel. Resta, portanto, ser analisado como e de que forma estas afirmações são persuasivas, tendo sempre em mente o caráter “forte” ou, melhor, universal desta afirmação: a aplicabilidade geral do principal trabalho de um dos maiores pensadores da tradição filosófica a *O Capital* de Marx, provavelmente a mais rigorosa e detalhada consideração – e, mais importante, – crítica da sociedade capitalista burguesa que temos até hoje. Em outras palavras, deverá ser demonstrado se a abordagem da “Nova” ou “Sistemática” dialética que faz esta afirmação, exemplificada nas obras de Christopher J. Arthur, cumpre convincentemente sua tese da homologia⁴: “O que podemos ver ... é uma notável homologia entre a estrutura da *Lógica* de Hegel e *O Capital* de Marx, ou, pelo menos, uma homologia à luz de algum trabalho reconstutivo menor em qualquer um ou ambos”⁵.

Como seria de esperar, nesta abordagem teórico-metodológica, um profundo conhecimento tanto de Marx quanto da obra central de Hegel e suas mais recentes trajetórias e avaliações pode ser pressuposto. O que é surpreendente e característico, no entanto, é que na abordagem da “Nova

³ Dizer que as afirmações em um texto filosófico são fracas não significa denunciá-las. A distinção fraco/forte serve apenas como uma heurística grosseira para diferenciar textos filosóficos que argumentam, criticam ou analisam um teorema de um autor ou autores especialmente (afirmação “fraca”) a partir de textos de espécie bem mais rara que afirmam “identificar” dois diferentes sistemas maiores e possivelmente filosóficos e suas categorias (uma afirmação “forte”) – como o que está em discussão.

⁴ Além de Arthur, há uma afirmação semelhante na “*Anglophone Uno School*” que enfatiza os paralelos entre a *Lógica* de Hegel e “a dialética do capital” na chamada tese de “homomorfismo”, exemplificada no trabalho de Thomas T. Sekine. Confirma, por exemplo, “*The Dialectic of Capital: An Unoist Interpretation*”, *Science and Society* vol. 62, no. 3 (Fall 1998), p. 445. No entanto, por razões de espaço, o presente ensaio não vai recapitular Sekine e outras afirmações da “*Anglophone Uno School*” (por exemplo, Robert Albritton) separadamente, mesmo que a minha crítica pudesse ser expandida a sua abordagem em alguns casos. Para uma investigação mais detalhada sobre o método da “*Anglophone Uno School*”, confira o cap. 4 de meu próximo livro *Value without Fetish: Uno's Kōzō's Theory of Pure Capitalism in Light of The Marxian critique Political Economy* (Historical Materialism Book Series/Brill).

⁵ Arthur, 2004, p. 7.

Dialética” que Arthur nomeia como sua⁶, a compreensão do método de Hegel é surpreendentemente superficial. Isto se reflete tanto em uma leitura superficial, às vezes mesmo banalizante, do texto de Hegel quanto em um não-reconhecimento da pesquisa que tem contribuído de maneira notável para o difícil tópico do método de Hegel nas últimas décadas. Este desconhecimento da pesquisa internacional passada e mais recente nos estudos de Hegel também inflige a essência principal da tese de homologia que, como será demonstrado, torna a aplicabilidade categorial de “Hegel a Marx” sem sentido ou evita o desempenho real de uma tal aplicação⁷.

Característica da abordagem da “Nova Dialética” de Arthur é a ignorância da recepção internacional, mas predominantemente alemã, de Hegel nos últimos 40 anos⁸ que fez contribuições inovadoras para uma teoria da dialética e à teoria das categorias, para uma sistematização da estrutura antinômica do conceito e para o problema do pressuposto semântico-pragmático (*semantisch-pragmatischer Präsuppositions begriff*) da exposição científica, como discutido na introdução programática de Hegel para a *Lógica*,

⁶ Para uma discussão sobre o termo ou classificação “Nova Dialética”, consultar “Introduction: The New Turn to Dialectic”, em Arthur, 2004, pp. 1- 16. “O termo ‘a Nova Dialética’ no título foi originalmente cunhado por mim em uma resenha e desde então tem sido amplamente utilizado no sentido de que eu pretendia, ou seja, para se referir à literatura que compartilha certos temas em comum, mas que não toma a forma de uma ‘escola’ definida. Ao contrário, é uma forma conveniente de agrupar pensadores de espírito independente, claramente fazendo algo bastante distinto na presente conjuntura intelectual. Isto já foi feito por ocasião da crítica robusta de John Rosenthal, que classificou isto como ‘novo Marxismo Hegeliano’. Como veremos, muitos dos mais ativos pesquisadores acreditam que estão trabalhando dentro de um novo paradigma que chamam de ‘Dialética Sistemática’, mas a tendência que eu classifiquei como ‘nova’ é mais abrangente e inclui aqueles que ainda pensam que a filosofia da história de Hegel tem algo a oferecer (por exemplo, Joe McCarney)” (Arthur 2004, p. 1).

⁷ Concordo aqui com veredito de Jacques Bidet sobre a Nova Dialética (Arthur) e a “(Anglophone) Uno School”: “... Não somente essas duas interpretações de *O Capital* ‘à luz da lógica de Hegel’ carecem de qualquer ligação rigorosa, mas as correspondências que elas respectivamente assumem são estritamente incompatíveis”. Bidet, 2005, p. 123. Eu, entretanto, discordo da avaliação de Bidet no que se refere à maneira particular na qual o método de Hegel influenciou a exposição de Marx em *O Capital*.

⁸ Importantes contribuições para uma teoria da dialética foram feitas por Dieter Wandschneider (1995), Thomas Kesselring (1984) e Michael Theunissen (1980). O mais eminente estudioso alemão de Hegel, Dieter Henrich, também tem contribuído muito para o problema da negação no início da *Lógica*, assim como Klaus Hartmann (Arthur o menciona uma vez), Otto Pöggeler e Hans Friedrich Fulda. Vittorio Hösle publicou uma abordagem original e influente do “Sistema de Hegel” em dois volumes. Este último, não obstante a sua importância para a compreensão filosófica do método de Hegel, não pode ser analisado aqui. Um levantamento da literatura alemã sobre o método de Hegel na *Lógica* é fornecida na bibliografia, embora seja de forma alguma exaustiva.

“Com o que precisa ser feito o início da ciência?”⁹ (“*Womit muss der Anfang der Wissenschaften gemacht werden?*”), e na Seção sobre a “Qualidade” na primeira parte do *Volume I* da *Lógica*, a *Doutrina do Ser*¹⁰. Especialmente as abordagens de Michael Theunissen (1980), Thomas Kesselring (1981), e Dieter Wandschneider (1995) argumentam a partir de um antecedente fundamentado tanto no discurso filosófico epistemológico e metafísico clássico, quanto no [discurso] lógico-matemático ao qual as referências estão surpreendentemente ausentes na “Nova dialética” de Arthur, que, dessa forma, também erra ao situar Hegel em seu próprio contexto científico¹¹. De fato, como veremos em um breve esboço das respectivas contribuições de Wandschneider, Kesselring e Theunissen, o método de Hegel é certamente mais complexo do que Arthur sugere. Neste ensaio, portanto, farei uma avaliação do principal trabalho de Arthur, *The New Dialectic and Marx’s Capital*, que aborda suas insuficiências cruciais não apenas no que diz respeito ao método de Hegel na *Lógica*, mas também no que diz respeito à sua compreensão das implicações críticas de *O Capital* de Marx.

A abordagem de Arthur apresenta-nos um projeto verdadeiramente ambicioso de demonstrar as correspondências conceituais, objetivas e metodológicas na dialética conceitual entre *O Capital* de Marx, e dentro disso, especialmente a exposição da forma de valor, e a *Ciência da Lógica* de Hegel. Arthur ainda acredita que a apresentação da forma de valor em *O Capital vol. 1* e a *Lógica* de Hegel “devem ser identificadas; nós não estamos

⁹ Nota do tradutor: em citações longas, seguimos a tradução da *Doutrina do Ser da Ciência da Lógica* de Hegel para o português feita por Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini; Coordenador: Agemir Bavaresco; Colaboradores: Michaela Bordignon, Tomás Farcic Menk e Karl-Heinz Efken (no prelo).

¹⁰ Usarei aqui e durante todo o texto minha própria tradução da *Lógica*, da *Enciclopédia*, e, se necessário, da *Fenomenologia do Espírito*, salvo indicado o contrário, referindo-me à edição da Suhrkamp da *Werke* de Hegel, confira Hegel, 1986.

¹¹ Grande parte da *Lógica* foi escrita em referência direta a *Crítica da razão pura* de Kant, especialmente a “Dialética Transcendental”, que Hegel discute extensivamente no segundo capítulo da *Doutrina do Ser*, “Quantidade”. As referências a Reinhold, Fichte, Schelling e outras figuras menos conhecidas do início do idealismo alemão são constantemente feitas ao longo deste trabalho e Hegel obtém importantes intuições de seus antecessores diretos e contemporâneos [por exemplo, a discussão de Hegel sobre o “eu” formando o “início das ciências” é uma rejeição direta da intuição intelectual de Fichte (*intellektuelle Anschauung*). Não obstante o fato de que a arquitetura da *Lógica* é, em amplas partes, diretamente informada por esses debates; isto infelizmente não parece interessar à abordagem de Nova Dialética de Arthur. Eu somente posso apontar brevemente para esta lacuna, ainda que, por razões sistemáticas (e, obviamente, questões de espaço), não possa preenchê-la neste ensaio.

simplesmente aplicando a lógica de Hegel a um conteúdo independente”¹² e chega a afirmar que as “formas” de valor “estão em vigor de tal pureza abstrata que constituem uma encarnação real das ideias da lógica de Hegel”¹³. Contudo, assim como a apresentação é verdadeiramente ambiciosa, ela tem (pelo menos) três autênticos problemas, os quais serão tratados até este ponto e depois especificados em cada um dos casos. De maneira sistemática, o primeiro problema diz respeito à leitura de Arthur sobre Marx, o segundo diz respeito a sua leitura sobre Hegel, e – dialeticamente – o terceiro diz respeito à *suprassunção de Marx em Hegel* que Arthur, na minha opinião, assume com o seu programa de investigação. Todavia, o leitor deve ser informado desde o princípio que nada disso é utilizado como uma defesa padrão do ponto de vista “materialista” de Marx contra o “idealismo mesquinho” de Hegel; nem tenho a intenção de fazer o papel de hegeliana ofendida que vê sua elevada pureza conceitual em perigo por causa da aplicação de um conteúdo “impuro” (crítico-econômico). Meu objetivo é oferecer uma defesa da teoria do valor de Marx na minha compreensão do que pode ser chamado de “os próprios termos de Marx” e uma leitura de Hegel, que *também* seja fundamentada pela recepção alemã, especialmente no que diz respeito às teorias da dialética, que evoluíram em torno dos estudiosos mencionados acima, e das quais Arthur, infelizmente, não tomou conhecimento.

Os três problemas no programa de pesquisa de Arthur estão, desnecessário dizer, estreitamente interligados, mas a exposição de cada um deles vai ajudar a analisar a extensão do quão profundamente se interpenetram.

O primeiro problema diz respeito à crítica de Arthur da definição metodológica de trabalho abstrato (ou “trabalho” na fluência de Arthur – frequentemente ele omite este importante qualificador) como substância do valor e da teoria do valor-trabalho no início de *O Capital*¹⁴. Será

¹² Arthur, 2004, p. 82

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Aqui, nas primeiras páginas do primeiro capítulo, “A Mercadoria”, pode ser encontrada a primeira definição da teoria do valor-trabalho: “Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida

argumentado que a reconstrução metodológica de Arthur da arquitetura de *O Capital*, desconsiderando a teoria do valor-trabalho como prematura dentro da arquitetura de apresentação ou como completamente errada¹⁵, leva a uma distorção da intenção expositiva do início de *O Capital*, do projeto crítico de *O Capital* como uma crítica das formas fetichizantes que o valor recebe e da sua apresentação na economia política clássica como um todo. O segundo problema na interpretação de Arthur, como será mostrado, diz respeito ao seu método de adotar termos específicos da *Lógica do Ser* (1812), *Lógica da Essência* (1813) e *Lógica do Conceito* (1816) de Hegel para teoremas específicos dos cinco primeiros capítulos (mas não todos eles, como será mostrado) de *O Capital*. O terceiro problema refere-se à possibilidade de uma verdadeira aplicação de Marx a Hegel, especialmente a) a questão de uma contrapartida para o estatuto conceitual do paradigma fetiche de Marx na *Lógica* de Hegel, e da igualmente importante questão se b) o ímpeto crítico de Marx tem um complemento que pode ser determinado na obra de Hegel.

“DEIXANDO DE LADO ... QUALQUER CONTEÚDO DE TRABALHO” – A CRÍTICA DE ARTHUR AO TRABALHO ABSTRATO COMO SUBSTÂNCIA DE VALOR E DA TEORIA DO VALOR-TRABALHO NO CAPÍTULO 1 DE “O CAPITAL”

A afirmação de Arthur de que “trabalho” como substância de valor é introduzida prematuramente e não provada na exposição metodológica do início de *O Capital* é um dos paradigmas centrais de sua reinterpretação:

[...] Eu discordo aqui de Marx na medida em que eu me recuso a considerar necessário chegar ao trabalho até depois de conceitualizar o capital como uma forma de determinação. Introduzir o trabalho muito cedo corre o risco de dar a aparência de construção de modelos e compromete a exposição a um estágio de simples produção de mercadorias.¹⁶

em frações determinadas de tempo, como hora, dia, etc.”. Marx, 1976a, p. 129 (ed. brasileira: Idem, 2013, p. 116)

¹⁵ Veja Arthur, 2004, p. 155: “As duas maiores escolas que afirmam ser capazes de reduzir peremptoriamente ‘valor’ para um conteúdo definido são aquelas que seguem a teoria do valor-trabalho e a teoria da utilidade marginal.”

¹⁶ Arthur, 2004, p. 85. Esta passagem será discutida em detalhes abaixo.

Como, no entanto, mostrarei, esta afirmação é difícil de defender do ponto de vista precisamente hegeliano – um ponto de vista que Marx, conforme argumentarei, adota. Vamos primeiro fornecer uma visão geral da exposição de Hegel e da escolha da estrutura temática no início da *Lógica*, uma questão a qual voltaremos na discussão posterior. Hegel deixou claro na introdução da sua *Ciência da Lógica* (1812), na qual ele enfaticamente discute a estrutura metodológica e a exposição categorial, que não pode haver um início “imediatamente”¹⁷. A (im)possibilidade de um “início puro” na ciência da lógica [como] metafísica, portanto, torna-se o primeiro tema da exposição de Hegel. Esta escolha de temática fundamenta a dialética (no sentido preciso) da relação entre *imediatidade* (*Unvermitteltheit*) e *mediação* (*Vermittlung*, *Vermitteltheit*), para tornar-se refletida nas primeiras categorias da *Lógica*, “Ser” e “Nada”. Em outras palavras, para o início ser um verdadeiro início (*ein wahrer Anfang*), a *dialética da imediatidade e da mediação* (ou “mediatidade”, *Vermitteltheit*) do próprio início se torna temática como a primeira relação dialética. Voltaremos a este ponto com mais detalhes. O que podemos dizer agora é que no que diz respeito ao suposto “puro” e imediato / não-mediado início da exposição, Hegel critica as tentativas metodológicas anteriores de tematizar um fato “conhecido” como o imediato, e simultaneamente se afastar hipotetizando uma “imediatidade” como o início¹⁸. Ele segue argumentando que a tentativa de pensar a noção de imediatidade está necessariamente limitada a ser o resultado da mediação:

Aqui o ser é o que inicia, apresentado como surgido por meio da mediação e, com efeito, por meio da mediação que é ao mesmo tempo a suprassunção de si mesma; com a pressuposição do saber puro como resultado do saber finito, da consciência. Mas se não deve ser feita nenhuma pressuposição, o próprio início deve ser tomado de modo imediato, então ele apenas se determina pelo fato de que deve ser o início da lógica, do pensar por si mesmo. Apenas está presente a decisão, que também pode ser vista como uma *arbitrariedade*, a saber, que se queira considerar o pensar como tal.¹⁹

¹⁷ É evidente a partir disso que a *Lógica* de Hegel tem uma “função crítica” (*Theunissen*), mas não no sentido que Arthur pensa. Para algumas observações preliminares sobre a função crítica da *Lógica*, veja o final deste ensaio.

¹⁸ Hegel, 1986b, pp. 74-75.

¹⁹ Hegel, 2016, p. 34.

Observe que, para Hegel, a escolha da categoria para o início tem um caráter “arbitrário”: a categoria do Ser não pode por e fora de si mesma entregar a sua própria justificativa do *porquê* produz o início. Afinal, ela deve ser um conceito puro, sem pressupostos, mas isso vai se revelar uma falácia. E, no entanto, isso tem que ser visto em retrospectiva. Por enquanto, temos que nos contentar com determinações insatisfatórias. Ao nível do método, porém, esta constelação é rica em informação: o método dialético *mostra* como e em que medida as fissuras *semântica* e *pragmática* são sempre pressupostas nas categorias: isso mostra como o conceito de “ser” nunca poderia *significar* (no que diz respeito ao seu conteúdo semântico) aquilo que designa (no que diz respeito ao objeto pragmático abordado) – no entanto, para maior clareza, voltaremos a esse ponto em maiores detalhes. Disso geralmente, porém, segue uma preferência específica para que as categorias de Ser e Nada tornem-se o início do movimento dialético: na sua suposta imediatidade “pura”, elas se mostram mediadas na medida em que são *impensáveis* como tais “determinações” (imediatas). De fato, para Hegel, é fundamental pensar as determinações de imediatidade como uma contradição em termos: se as categorias são determináveis, elas deixaram de ser “imediatas” ou “puras”, e se elas são “imediatas” ou “puras”, nós não seremos capazes de pensá-las (determiná-las). Aqui também está a razão pela qual as categorias “puras” já são categorias de reflexão: “imediatidade simples é em si uma expressão de reflexão e contém uma referência de sua distinção do que é mediado. Esta imediatidade simples, portanto, na sua verdadeira expressão, é puro ser”²⁰. Mas a partir da realização desta “falsidade” da imediatidade, o movimento dialético pode iniciar em seu sentido preciso: o Ser e o Nada, portanto, não podem permanecer em seus estados puros e caem no Devir, a “síntese imediata do Ser e Nada”²¹, como a próxima categoria. Como essa “impossibilidade” do Ser e do Nada deve ser compreendida será mostrado na discussão posterior, referindo-se a Kesselring e Wandschneider.

Ao mesmo tempo, todo o movimento do pensamento como apresentado na *Lógica* é obrigado a culminar na Ideia, respectivamente o Conceito no qual a realidade “incompreendida” é finalmente aprendida

²⁰ Hegel, 1986b, p. 68

²¹ Hegel, 1986b, p. 100.

(*begriffen*). Na Ideia, as formas de pensamento imperfeitas elevam-se para a sua própria razoabilidade na sua verdade, indo além do entendimento (*Verstand*) e reflexão (que, polemicamente, é sempre usada contra o sistema de Kant). Aqui está o nexos dialético entre o conceito de Ser, “tão pobre e restrita determinação”²², e a mais rica determinação da Ideia, enquanto a própria Ideia “se exterioriza” (*entäußert*) de volta para a sua própria imediatidade:

Apenas o Conceito é o que é verdadeiro, e, mais precisamente, é a verdade do Ser e da Essência. Então, cada um deles, se estão se agarrando ao seu isolamento, ou por eles mesmos, devem ser considerados ao mesmo tempo falsos - Ser porque ainda é apenas o que é imediato, e Essência porque ainda é apenas o que é mediado. Neste ponto, podemos ao mesmo tempo levantar a questão do porquê, se for esse o caso, de devermos começar com o que é falso e do porquê não podermos começar imediatamente com o que é verdadeiro. A resposta é que a verdade deve, precisamente como tal, validar-se e aqui, dentro do próprio pensamento lógico, a validação consiste no Conceito mostrando-se ser o que é mediado através e consigo mesmo, de modo que se mostra ao mesmo tempo genuinamente imediato.²³

Em outras palavras, Hegel mostra no final da sua *Lógica*, que a Ideia, a compreendida e perfeitamente mediada Verdade ao final do processo, deve ser relegada à imediatidade pura do Ser do início da *Lógica*: “Este resultado (Verdade ou a Ideia) deu-se novamente a forma de imediatidade como o todo que voltou a si mesmo em sua autoidentidade. Portanto, é do mesmo tipo que o início (*das Anfangende*) determinou a si mesmo”²⁴. Portanto, como já indicado, Hegel deixa claro desde o princípio que o puro ser já é mediado a partir do ponto de vista do todo do qual só ele pode ser pensado²⁵.

²² Hegel, 2010, p. 699.

²³ Hegel, 1991, p. 134.

²⁴ Hegel, 1986c, p. 566.

²⁵ Nicole Pepperell, em sua atenta leitura do método de Hegel à luz da crítica de Marx, apontou para a mesma dialética entre os pressupostos metodologicamente necessários e o ponto de vista do todo pelo qual o pressuposto é “suprassumido”: “... um sistema filosófico é científico, para Hegel, na medida em que pode justificar o seu próprio ponto de partida, mostrando como as relações entre os vários elementos deste sistema poderiam ter sido revelados somente a partir desse ponto de partida particular, e, portanto, esse ponto de partida é reflexivamente implícito por toda a rede de relações. Desta forma, o ponto de partida que inicialmente parece arbitrário e dogmático é demonstrado ter sido imanentemente necessário desde o princípio, mesmo se a base para esta necessidade é

Pensar o puro ser como imediato, é também em si uma abstração (ou “unilateralidade”, *Einseitigkeit*) a partir do processo de mediação que o puro ser já passou através do ponto de vista do todo²⁶. É desnecessário dizer que o sistema de Hegel forma um círculo como o método científico perfeito, no qual a Objetividade (*Inhalt*) e a Forma ou Subjetividade serão identificadas. Voltarei ao ponto do “círculo” do pensamento científico logo mais.

Estas reflexões curtas só devem marcar o cenário para uma melhor compreensão da posição de Arthur na qual a conexão acima não é abordada, e devem ser elaborados em maiores detalhes na próxima seção. A questão em jogo é que com relação ao pressuposto estrutural e metodológico necessário da determinação do trabalho abstrato como a substância do valor, Marx seguiu o mesmo método que Hegel. Marx, como todo pensador crítico depois de Hegel, estava bem ciente de que o ponto de partida da exposição não pode deixar de ser mediado por pressupostos conceituais pesadamente sobrecarregados. O caso aqui não é negar que os conceitos centrais venham com bagagem pragmática e semântica, mas ao contrário, mostrar que a ideia de uma exposição *pura* cai necessariamente no abismo ideológico. Mostrarei como Arthur fica seduzido pelo fascínio da “pureza” teórico-conceitual e suas vicissitudes, demonstrando que o início de sua própria apresentação da aplicação das categorias de Hegel à análise da forma de valor, de fato, está repleto de pressupostos – completamente contrários à sua suposta pureza e, conseqüentemente, ao contrário das próprias afirmações metodológicas de Arthur.

Eu argumento que Marx apresentou as primeiras determinações, a mercadoria e seu valor, de tal forma que o seu conteúdo essencial – o trabalho abstrato e a determinação do valor como o tempo de trabalho socialmente necessário requerido para produzir uma mercadoria na média social – se caracterizaria como a ferramenta heurística irrefutável ou a base *analítica* não apenas para os três primeiros capítulos ou para a parte central

explicitada somente uma vez o sistema será conhecido como um todo”. Pepperell, 2010, p. 137.

²⁶ Hegel, 2016, p. 36: “Esse ser puro é a unidade para a qual retorna o saber puro ou, se ele mesmo ainda deve ser mantido diferente de sua unidade como forma, então ele também é o conteúdo do mesmo. Esse é o lado segundo o qual esse ser puro, esse absolutamente imediato, é igualmente o que é absolutamente mediado. Mas ele tem de ser igualmente tomado de modo essencial apenas na unilateralidade de ser o puramente imediato, justamente porque ele aqui é como o início”.

do Vol. 1, mas na análise completa das leis econômicas do movimento da sociedade moderna que é composto O *Capital*. A teoria do valor-trabalho é, portanto, a *ferramenta heurística chave* para desvendar as formas fetichistas nas quais o valor se apresenta através do seu próprio movimento. Nas suas formas de aparência, uma ofuscação crescente ocorre nas categorias econômicas que aparecem na superfície: enquanto a mercadoria, dinheiro e capital mostram ainda vestígios de sua origem no trabalho abstrato – não importa o quão vagamente²⁷ – a relação é progressivamente obscurecida quando a análise alcança o conceito de lucro e capital comercial e, finalmente, completa no conceito econômico de capital portador de juros, onde “a relação do capital atinge a sua forma mais superficial e fetichizada”²⁸. A tarefa autoimposta de Marx era revelar as formas fetichistas de valor e fundamentá-las no trabalho abstrato como a substância do valor.

Logo, a teoria do valor-trabalho por *necessidade metodológica* corre como um fio dourado através de O *Capital*, do começo ao fim. Por exemplo, não poderia haver um cálculo da taxa de lucro como a relação de mais-valia para o capital avançado se não entendermos que o valor é determinado como o tempo de trabalho socialmente necessário em uma média social, nem poderia haver um entendimento da “mais-valia”: uma mais-valia *do quê?* O que é necessário é uma teoria do valor em termos de valor, não em termos de valor de uso ou utilidade (marginal). Conforme Fred Moseley apresenta na sua crítica contra a determinação de Arthur do trabalho como substância do valor em termos de valor de uso:

²⁷ Veja também esta passagem da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*: “Unicamente o hábito da vida cotidiana pode fazer aparecer como coisa banal e corrente o fato de que uma relação de produção revista a forma de um objeto, de maneira que as relações das pessoas em seu trabalho se manifestem como uma relação em que as coisas entrem em relações entre si e com as pessoas. Na mercadoria, essa confusão é ainda muito simples. Mais ou menos vagamente, todo o mundo suspeita que as relações entre as mercadorias, como valores de troca, são antes uma relação entre as pessoas em sua atividade produtora recíproca. Nas relações de produção mais elevadas, essa aparência de simplicidade desaparece”. Marx, 1904 (1859), p. 37 (ed. brasileira: Idem, 2008, pp. 60-61).

²⁸ Marx, 1981, p. 515 (ed. brasileira: Idem, 1985, tomo I, p. 294). Marx adiante elabora o “fetiche acabado” do capital portador de juros: “Distorce-se também isso: enquanto o juro é apenas parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante extorpe do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório aditivo que lhe advém no processo de reprodução. Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada”. A gradual mistificação que ocorre no movimento do valor será discutida em mais detalhes abaixo.

O argumento de Marx no capítulo 6 do volume 1 sobre a necessidade da força de trabalho é apenas em termos de *valor*. Marx argumentou que, para expandir em valor, o capital deve ser capaz de comprar no mercado um produto que é fonte de valor adicional (não uma fonte de valores de uso adicionais). Segue-se da teoria de Marx do valor desenvolvida no Capítulo 1 (que o *trabalho* é a única fonte de valor adicional), que essa mercadoria especial que o capital requer só pode ser a força de trabalho. Se alguém tem uma teoria do valor diferente, então talvez possa explicar o valor da expansão do capital de maneira diferente. Todavia, para explicar como o *capital expande em valor*, é necessário, pelo menos, alguma teoria do valor. Desde que Chris [Arthur] rejeitou a teoria do valor de Marx no capítulo 1, ele não tem teoria do valor com a qual [possa] explicar a expansão do valor do capital.²⁹

No entanto, é igualmente importante que, metodologicamente, uma “prova” de valor no início é impossível. Com a metodologia expositiva de Hegel que Marx adota (e na famosa carta a Kugelmann de julho 1868³⁰), creio que nós podemos ver o porquê. Somente no *final* da análise do capítulo sobre a Fórmula da Trindade em que o salário, o lucro e a renda da terra são fetichizados pela economia política clássica desde Adam Smith como a “três fontes de riqueza” – podemos entender como e por que a teoria do trabalho-valor é o segredo para o fetichismo que o valor e sua manifestação em dinheiro ocasionam, e de que troca equivalente é a sua primeira aparência superficial. Este movimento metodológico é realmente próximo ao

²⁹ Moseley, 1997, p. 11. Ênfase adicionada. Moseley refere-se aqui especificamente ao argumento de Arthur em Moseley, 1993, pp. 84-85: “Qual é, então, a próxima condição requerida para garantir a existência do capital como autovalorização? [...] É aqui que nos lembramos que no início dissemos que uma condição primária de câmbio é o mundo dos *valores de uso*. Com o capital alcançamos uma forma de circulação de mercadorias que é o seu próprio fim, mas o processo de autovalorização ainda resta por sua possibilidade sobre a emergência à existência dos *bens* em si de alguma fonte externa. [...] O problema é resolvido se os *bens* são eles próprios produzidos pelo capital e reduzidos a momentos de seu próprio circuito. [...] A atividade de produção é uma atividade de trabalho. Por isso, o capital deve fazer dessa atividade a sua própria atividade. Só agora a apresentação considera necessário tratar do trabalho. A falta de limites de acumulação inerente à forma do capital é dada como uma base sólida no trabalho produtivo”. Ênfase adicionada.

³⁰ “Considerando ‘Centralblatt’, esse homem faz a maior concessão possível quando admite que se você pensa o valor como qualquer coisa, minhas conclusões estão corretas. O pobre rapaz não vê que se havia de fato nenhum capítulo sobre ‘valor’ no meu livro, a análise das relações realmente existentes que forneço conteria a prova e a evidência da relação de valor real ... Esta tagarelice sobre a necessidade de provar que o conceito de valor está baseado na ignorância completa, tanto sobre o assunto em discussão como sobre o método científico. Toda criança sabe que qualquer nação que parou de trabalhar – não quero dizer por um ano, mas apenas por algumas semanas – pereceria miseravelmente (*verrecken*) ... A ciência diz respeito à descrição de como exatamente a lei do valor prevalece” Marx, 1961, p. 552-3.

movimento circular de Hegel no qual a Ideia, a totalidade final da cognição, no fim “dá-se [adequadamente] novamente a forma de imediatidade” no contexto do Ser e do Nada dialético: mas esse pressuposto não pode ser enunciado no início. Este nexos não pode ser expresso a partir do mesmo. Encontramos o mesmo nível de abstração e aproximação gradual à determinação mais complexa e completa em *O Capital*.

Com este incontroverso diagnóstico em mente, é, de fato, estranho que Arthur deva embarcar em uma missão de repúdio ao lugar metodológico da teoria do valor-trabalho no capítulo 1 do Vol. 1 de *O Capital*: “[...] concentrando-me na forma de valor, deixo de lado inicialmente qualquer conteúdo do trabalho – partindo, desta forma, de Marx que analisou os dois juntos”³¹. “Antes de postular o trabalho como ‘abstrato’, existe um postulado das próprias mercadorias como portadoras de suas identidades abstratas como valores”³². Arthur ainda vai sugerir que a suposta introdução prematura do “trabalho” (não, na maneira correta, trabalho *abstrato*) leva à interpretação originalmente engelsiana da produção de mercadorias simples, embora sem dar uma razão para isso³³. Recordemos o argumento básico de Arthur:

Para começar, vamos analisar a forma da mercadoria em si e só no final recuaremos para distinguir como sistemicamente importantes aquelas mercadorias que são produto do trabalho³⁴.

³¹ Arthur 2004, pp. 79-80.

³² Arthur 2004, p. 80.

³³ Há uma nota de rodapé para este argumento que diz: “Para uma crítica de tais erros, consulte o Capítulo 2”. No Capítulo 2, Arthur – corretamente, na minha opinião – critica a ideia da produção de mercadorias básica e simples, mas se esquece de provar a suposição de que a abordagem do trabalho “prematura” vai levar à interpretação engelsiana da produção de mercadorias simples. Portanto, em nenhum lugar ele fornece uma razão para esta alegação.

³⁴ Arthur 2004, p. 85. Nesta passagem, ele também sugere que Marx não estava certo em subsumir todas as mercadorias para “produtos do trabalho”. Este é um argumento que, na minha opinião, tanto Patrick Murray quanto Fred Moseley já refutaram com sucesso. Veja Murray, 2005, esp. pp. 76-79 e Moseley (1997), p. 9: “... a crítica de Chris [Arthur] a Marx é que, mesmo se o postulado dos valores das mercadorias for aceito, Marx não provou que o trabalho deve ser a substância do valor, e em particular Marx arbitrariamente excluiu as mercadorias que não eram produto do trabalho (como a terra) de sua dedução. Minha resposta [é] que ele ignora elementos-chave do método lógico geral de Marx. De acordo com o método de Marx, o preço da terra é explicado por Marx na base da renda da terra, ou seja, com base nas expectativas futuras de renda ou renda ‘capitalizada’. Renda em si é explicada na parte 6 do Volume 3 como uma parte do montante total de mais-valia (juntamente com outras partes da mais-valia, tais como juros, lucro comercial, etc.). De acordo

Arthur em sua insistência de que as “formas puras” do capital devem ser estudadas pela primeira vez – e, especialmente, “a forma de valor (como o *gêrem* do capital)” antes de sua “fundamentação no trabalho”³⁵ ser analisada – afirma que começar com a troca traz algumas vantagens: “[...] a questão da forma é tão crucial que a apresentação se inicia com a forma de troca³⁶, colocando entre parênteses inteiramente a questão do modo de produção [sic], se houver, dos objetos de troca. Isto tem a vantagem de que começamos com a mesma percepção que a da consciência cotidiana, ou seja, que na época burguesa quase tudo é capaz de assumir forma de mercadoria, e evitamos uma aparência de arbitrariedade na concentração desde o início apenas nos produtos do trabalho”³⁷. Esta passagem – a insistência de Arthur que, a fim de concentrar-se totalmente na *forma social*, precisamos colocar entre parênteses “inteiramente a questão do modo de produção” – convida a suspeita de que ele *mistura a forma social com a troca de mercadorias*, pois é ilógico sugerir que “a devida atenção à forma social requer pôr entre parênteses a produção”, como Patrick Murray tem corretamente objetado na minha opinião, perguntando: “a produção não é determinada como forma pelo valor?”³⁸ Entretanto, *a forma social também implica a produção e não é*

com o método lógico de Marx (como tenho enfatizado em vários trabalhos recentes), o montante total de mais-valia é determinado antes da sua divisão em partes individuais de aluguel, juros, etc. A determinação da quantidade total de mais-valia é o tema principal do Volume 1 de *O Capital* (a análise do capital em geral). As partes individuais da mais-valia (ou a distribuição de mais-valia) são então explicadas no Volume 3 (uma análise abstrata da concorrência) com base no pressuposto de que a quantidade total de mais-valia já foi determinada. Portanto, de acordo com o método de Marx, o preço da terra não pode ser explicado no capítulo 1 do Volume 1. Em vez disso, a terra e o preço da terra são “abstraídos” no Volume 1 (assim como são as outras partes individuais da mais-valia total) e então explicados em um nível mais concreto de análise no Volume 3. Estes aspectos importantes do método lógico de Marx foram negligenciados por Boehm-Bawerk, e por quase todos os outros desde então, aparentemente, incluindo Chris [Arthur]”.

³⁵ Arthur, 2006, p. 10.

³⁶ Note-se aqui que por “colocar entre parênteses inteiramente ... o modo de produção”, o próprio Arthur convida a possibilidade de uma sociedade pré ou não-capitalista como objeto de estudo de Marx. Desde o início, o objeto de Marx, entretanto, é o modo de produção capitalista como Arthur admite em outros lugares. Sua refutação da teoria do valor-trabalho e a relação estrutural entre o valor, trabalho abstrato e dinheiro para o início de *O Capital* traz consequências que o próprio Arthur parece não estar ciente. Que Arthur sucumbe à abordagem “lógico-histórica” que em outros lugares critica (ver Cap. 2) também foi notado por Bidet, consulte Bidet, 2005, p. 129 e ss.

³⁷ Arthur, 2004, p. 86.

³⁸ Murray, 2005, p. 72.

nem conceitual nem sistematicamente absorvida completamente pelo conceito de troca de mercadorias.

O desiderato para começar com a “consciência cotidiana” também é problemático em um aspecto diferente da crítica do fetichismo de Marx. Metodologicamente, Marx coloca suas cartas na mesa através da introdução do “segredo” do fetichismo como sendo explicitamente definido na teoria do valor-trabalho de Marx, o mais cedo possível no primeiro capítulo de *O Capital*. A revelação crítica do *aumento contínuo* de mistificação e a relação invertida da aparência e da essência, como refletida nas categorias econômicas, é o que a análise de Marx *almeja*:

... Nas relações de troca contingentes e sempre oscilantes de seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à produção se impõe com a força de uma lei natural reguladora, assim como a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém. A determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um *segredo* que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias.³⁹

E aqui, eu argumento, reside precisamente o poder da crítica de Marx: dando-nos, ao leitor interessado, uma ferramenta hermenêutica e crítica com a qual se decifra e revela a crescente mistificação que ocorre nas categorias econômicas convencionais *logo no início da apresentação*⁴⁰. Esta mistificação ou fetichismo é tanto da “ciência” quanto dos agentes no modo capitalista de produção e circulação cotidiano. No entanto, o fetichismo das mercadorias, dos quais seus segredo estão na “determinação da grandeza do valor por meio do tempo de trabalho”, ou a teoria do valor-trabalho, como Marx explicita claramente⁴¹, é na opinião de Arthur, “apressadamente” relacionada ao trabalho: “(Marx) tem uma crítica da forma (fetichismo) assim

³⁹ Marx, 1976a, p. 168 (ed. brasileira: Idem, 2013, p. 150). Ênfase adicionada.

⁴⁰ Isso invoca a ideia de que, enquanto o movimento do conceito de Hegel é a *libertação* de uma falsa consciência (predominantemente correspondente ao seu método na Fenomenologia do Espírito), a apresentação de Marx mostra o movimento oposto dos conceitos (econômicos) no sentido de uma mistificação gradativa caindo no fetichismo e na ideologia, com a Fórmula da Trindade no final como a “cereja do bolo” da consciência fetichizada. Discutiremos isso com mais detalhes na última seção deste ensaio.

⁴¹ A seção 4 do primeiro capítulo do volume 1 de *O Capital* é intitulada: “O fetichismo da mercadoria e seu segredo”, não apenas “fetichismo da mercadoria”, como muitas vezes se tem a impressão, mesmo na literatura que trata exclusivamente do paradigma fetichismo. Confira p. ex. Geras (1971), Böhme (1997), e Dimoulis Milios (1999).

como uma crítica do conteúdo (exploração); mas em sua ansiedade em relacionar valor à produção – para a qual já havia saltado (muito apressadamente) – para o trabalho como sua substância”⁴². Isso soa como se, embora a decisão de Marx de apresentar o trabalho abstrato como a substância do valor, de fato, seja tão notória quanto “mergulhar dos fenômenos de valor de troca para o trabalho como a substância do valor nas três primeiras páginas de *O Capital*”⁴³ fosse um descuido, algo “apressado”, ou, no mínimo, um movimento metodológico muito displicente. Novamente, nada poderia estar mais longe dos fatos. Para Marx, o valor não é apenas vagamente “relacionado” ao processo de produção, é o seu resultado, sua “verdade” no preciso sentido hegeliano de “Ideia compreendida”. Como tal, o processo de produção é necessariamente pressuposto. O próprio Marx indicou constantemente que na apresentação de seu objeto, o modo capitalista de produção e reprodução, “... as categorias expressam formas de ser, determinações de existência – e às vezes apenas aspectos individuais – desta sociedade particular, sobre este assunto, e que, *mesmo do ponto de vista científico*, portanto, de maneira alguma inicia no momento em que é primeiro discutida *como tal*”⁴⁴ – ou seja, nas suas apresentações superficiais de troca equivalente. Marx deixa bem claro que começar com a circulação de mercadorias *sans phrase* não pode “como tal” representar uma apresentação categorial pura e incondicionada de *O Capital*. A circulação pressupõe a produção de mercadorias – não apenas na “realidade”, mas também na sua representação científica. Mais ainda, “a esfera autônoma de troca” é uma expressão direta de mistificação:

Uma análise da forma específica da divisão do trabalho, das condições de produção em que se apoia, das relações econômicas dos membros da sociedade dentro da qual essas relações são dissolvidas, mostraria que todo o sistema de produção burguesa está implícito, de modo que o valor de troca pode aparecer como o simples ponto de partida na superfície, e o processo de troca, como ele se apresenta na circulação simples, pode aparecer como o metabolismo social simples, que não obstante engloba a totalidade da produção bem como o consumo. Resultaria, então, disto que outras relações de produção entrelaçadas que mais ou menos colidem com a liberdade e a

⁴² Arthur, 2004, p. 87.

⁴³ Arthur, 2004, p. 12.

⁴⁴ Marx, 1986, p. 43.

independência dos indivíduos e das relações econômicas daqueles, estão implícitas, de modo que eles podem aparecer como produtores privados livres na simples relação de compradores e vendedores dentro do processo de circulação. Do ponto de vista da circulação, no entanto, essas relações são obliteradas.⁴⁵

Assim, “a mercadoria”, ou melhor, sua forma de valor, como a ideia hegeliana, é discutida como o resultado de um processo que *ainda terá de ser analisado, mas é simultaneamente pressuposto*. É tarefa da crítica da economia política desvendar tanto a “conexão interna” (“*inneres Band*”) entre as formas (valor, mercadoria, dinheiro, capital) quanto como elas se apresentam à nossa “consciência cotidiana” – na troca ou na circulação – e seu conteúdo real, que deriva da “morada oculta da produção”. É por isso que, como Jacques Bidet enfatizou corretamente, *todas as categorias do mercado (propriedade privada, produção para troca, a divisão de mercadorias do trabalho, trabalho concreto e abstrato(!), produtividade, trabalho socialmente necessário que o mercado identificou dentro de um ramo como trabalho médio e entre as ramificações como trabalho abstrato) “já são aquelas que formam a estrutura das formulações e argumentos do Volume 1, Capítulo Um”*⁴⁶.

Uma atitude que sustenta que a troca de mercadorias deve ser analisada separadamente acaba por ser presa do mesmo fetichismo que as formas de aparência abrigam. Portanto, não é somente duvidoso, mas metodologicamente *inviável* analisar o processo de produção “antes da fundamentação do valor no trabalho ser legitimado”⁴⁷. É inviável porque a

⁴⁵ Marx, 1987, p. 466.

⁴⁶ Bidet, 2005, p. 128.

⁴⁷ Arthur, 2006, p. 10. A afirmação de Arthur de que “a produção capitalista deve ser teorizada antes da fundamentação do valor no trabalho ser legitimada” – para parafrasear: a produção capitalista deve ser teorizada antes que possamos saber como teorizá-lo – é, para além do seu tom analítico marxista, surpreendentemente não-hegeliano. Como o projeto de Kant de examinar as faculdades de cognição antes de ter a cognição, isto seria uma petição de princípio conforme Hegel mostrou: “Mas querer ter cognição antes de tê-la é tão absurdo quanto a sábia determinação de Scholasticus em *aprender a nadar antes de se aventurar na água*” (Hegel, 1991, p. 34). Mas aqui Arthur concorda com a *Uno School*: “Como eles (a *Uno School*), eu penso que a introdução de Marx de um *fundamento* postulado para o trabalho antes da *forma* de valor ser totalmente teorizada representa um resíduo da economia política clássica” (Ibid.). Este argumento é, estritamente falando, absurdo. A economia política clássica em lugar algum fez a distinção entre trabalho humano concreto e abstrato, dos quais apenas o *último*, como Marx pretende mostrar nas páginas de abertura de *O Capital*, é produtiva de valor. Portanto, a definição do trabalho humano abstrato como a substância social do valor é precisamente o que *distingue Marx* da economia política clássica.

organização do trabalho e o processo de produção estão *necessariamente baseados em valor e mais-valia*. Desarticular a correlação necessária entre trabalho abstrato, valor e dinheiro abalaria a estrutura crítica de Marx desde o início. Neste sentido, a observação de Arthur que “[Q]uando o capital tenta se fundamentar na produção, ele se confronta com a determinação econômica que surge do valor de uso. Isso deveria ter destronado o valor; mas, em vez disso, ocorre o contrário; o espectro triunfa”⁴⁸ é característica por seu desconhecimento do método crítico de Marx. Ele não apenas confunde os níveis de uma apresentação científica com este do objeto da crítica – o capital deve ser fundamentado na produção *precisamente porque* de sua análise expositiva segue-se que o valor de uso é periférico ao processo de produção, que é também sua crítica –, mas é indicativo de “má abstração”, como Patrick Murray corretamente objeta⁴⁹. A alegação de Arthur é ademais duvidosa, porque o conteúdo dos capítulos subsequentes não pode ser compreendido na abstração de qualquer uma das condições que Marx revela nos quatro primeiros capítulos. Alguém pode perguntar: seria *menos que um pressuposto* se a teoria do valor-trabalho só fosse apresentada no início do capítulo 6? Mas existem dúvidas razoáveis da sua apresentação somente aqui, porque, assim como no início, alguém ainda não poderia *entender* por que a substância do valor deve ser o trabalho abstrato. Se de fato Marx tinha decidido apresentar a sua análise da forma de valor sem qualquer referência ao trabalho⁵⁰, nós teríamos entendido *que* o valor é “necessariamente” apresentado em dinheiro: mas não teríamos entendido o *porquê*⁵¹: não

⁴⁸ Arthur, 2004, p. 168.

⁴⁹ Murray, 2005, p. 73.

⁵⁰ O conceito de “trabalho” aparece 241 vezes nas três primeiras seções apenas de *O Capital*.

⁵¹ Para Kuruma Samezō, “por que” uma mercadoria se torna dinheiro é o tópico da seção de *O Capital* sobre o Fetichismo no Capítulo 1 do vol. 1. Confira Kuruma, 1957, p. 41 e Kuruma, 2009, p. 65: “Marx está levantando uma questão teórica que não havia colocado antes. A questão envolve examinar por que o valor de uma mercadoria aparece na forma de uma quantidade de uma outra mercadoria que é equiparada a ele ... ao invés de ser expressa diretamente como uma certa quantidade de tempo de trabalho. Em relação ao dinheiro, em particular, a teoria do caráter fetichista analisa o *porquê* do dinheiro, ao passo que a teoria da forma de valor olha para o *como* do dinheiro”. Murray levanta a mesma questão: “Queremos saber não só como é que diversas mercadorias são trocadas uma pela outra, mas também porque cada uma tem o valor de câmbio específico que tem. Porque insiste que a forma de valor é sem conteúdo, a resposta de Arthur para a primeira questão se inclina para a tautologia: mercadorias são mutuamente permutáveis porque têm a ‘qualidade de serem permutáveis’”. Murray, 2005, p. 72.

teríamos entendido que o dinheiro já é uma forma fetichizada do valor em que sua relação com o desgaste do trabalho humano como trabalho abstrato é ofuscado.

Arthur admite em um trecho diferente que a apresentação do método hegeliano como uma exposição dialética das categorias em sua coerência interna necessária contém um momento de pressuposição: “Assim, em um argumento dialético os significados dos conceitos passam por mudanças, porque o significado de qualquer elemento no quadro total não pode ser concretamente definido no início”⁵². Arthur também vê corretamente que a exposição de Hegel “é o desenvolvimento lógico de um sistema de categorias ou formas de ser, da mais elementar e indeterminada para a mais rica e concreta”⁵³ e que, por conseguinte, o valor “deve ser entendido apenas em suas formas de desenvolvimento”⁵⁴. Mas ele falha ao relacionar esse *insight* ao contexto da posição metodológica da teoria do valor-trabalho. Pode ser útil lembrar-se da exposição de Hegel na qual ele afirma claramente que o puro ser é a unidade do conhecimento consigo mesmo – o conhecimento do conceito enquanto *autoconhecimento*:

... considerado como a unidade na qual o saber em seu ponto culminante da unificação coincide com o objeto, então o saber desapareceu nessa unidade e não deixou sobrando nenhuma diferença dela e, com isso, nenhuma determinação para ela. – Também, de outro modo, não está presente algo ou qualquer conteúdo que poderia ser empregado a fim de fazer, com isso, o início mais determinado.⁵⁵

Não somente a retórica e a escolha de palavras são uma reminiscência da síntese da gênese da forma do dinheiro de Marx: “O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa qualquer rastro”⁵⁶. Além disso, o método de exposição é apresentado desta forma hegeliana para demonstrar a necessidade de o pressuposto semântico ocorrer no início. O que exatamente “pressuposto semântico” significa neste contexto e por que é um pré-requisito estruturalmente necessário do método lógico? Em seu trabalho seminal *Outline of a Theory of Dialectic (Grundzüge einer Theorie der Dialektik)*,

⁵² Arthur, 2004. p. 25.

⁵³ Arthur, 2004, p. 83.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Hegel, 2016, p. 36.

⁵⁶ Marx, 1976a, p. 187 (ed. brasileira: Idem, 2013, p. 167).

Dieter Wandschneider examina a discrepância das funções semântica e pragmática do conceito para argumentar que a “fissura” semântico-pragmática no início da apresentação é de forma alguma um modo “deficiente” de apresentação, mas necessário à própria exposição, e, portanto, adere ao método dialético como desenvolvimento de seu próprio movimento do incompleto ao gradualmente completo através da própria fissura semântico-pragmática das categorias⁵⁷:

Para uma teoria da dialética, dois aspectos parecem ser de importância fundamental: por um lado, a visão [...] segundo a qual todas as categorias lógicas (exceto a determinação final) contêm uma *discrepância semântico-pragmática* (*semantisch-pragmatische Diskrepanz*). Ela consiste no fato de o *sentido explícito* de uma categoria não expressar tudo o que é *pressuposto* implicitamente (*präsupponiert*) para o seu significado. Que este deve ser o caso imediatamente faz sentido; uma vez que, a fim de explicar um significado particular, todo o aparato de categorias e princípios lógicos deve ser pressuposto (*werden vorausgesetzt*). Esta tensão entre o conteúdo semântico (*Gehalt*) e o que é pragmaticamente pressuposto pelos atos argumentativos (*Argumentationsakte*) que o precedem, exige a introdução de categorias pelas quais este “significado pragmático excedente” está sucessivamente mais explicado semanticamente [e reduzido, EL]. Em outras palavras: a discrepância semântico-pragmática contida em uma categoria que, em determinadas condições, pode ser exacerbada a uma contradição performativa, produz a necessidade de introduzir categorias plausíveis sempre novas, enquanto permanecer o “significado pragmático excedente”.⁵⁸

O significado do Ser, portanto, enuncia algo que não é: e o que o Ser não é, é o Nada. Entretanto, ele é nada, mas como tal, ele não é isso, porque isso deve conter semanticamente uma *diferença* [em relação ao] nada. Todavia, a categoria da “diferença” está longe de ser introduzida nesta fase da apresentação. Enquanto ela é pragmaticamente pressuposta, o puro (ou melhor, “pobre”) Ser não pode se *representar* sem cair no seu oposto, o Nada.

⁵⁷ Pepperell discute a fissura semântico-pragmática em termos do que está “implícita” e “explícita” em um conceito. Penso que essa terminologia é útil, mas os aspectos semânticos e pragmáticos determinam mais especificamente “o que” está implícito e explícito em um conceito. Confira Pepperell, 2010, p. 137.

⁵⁸ Wandschneider, 1995, p. 26. O outro “aspecto de importância fundamental” para a teoria da dialética para Wandschneider é o conceito de “negação autorreferencial”, que, por razões sistemáticas, será discutido na próxima seção. Wandschneider ressalta que, na medida em que a discrepância semântico-pragmática é considerada, as obras de Wolfgang Wieland (1978) e Vittorio Hösle (1987) têm sido influentes também para a sua posição.

No início da lógica, portanto, a discrepância semântico-pragmática é a maior. Nós ainda não temos os meios semânticos para compreender o significado do Ser (que, para tornar as coisas ainda mais complicadas, é certamente a forma imediata da aparência da Ideia) “corretamente”: *toda a apresentação é pressuposta* para entendê-lo “corretamente” ou verdadeiramente. Veremos em breve como esta transição recíproca (*Umschlagen*) de uma categoria para a outra é o protótipo da estrutura antinômica que estimula o movimento dialético. O ponto aqui é perceber que o mesmo se aplica ao início de *O Capital* de Marx e, especificamente, à categoria do trabalho abstrato que é determinada como a substância do valor: *todo o sistema de derivações é pressuposto* para entendê-lo completamente – mas isso não é um “defeito” na apresentação de Marx. É, antes, o caráter antidogmático específico do modo dialético de exposição em si que “acompanha” o pensamento e serve como um auxílio para criticar os seus próprios equívocos, em vez de entregar definições prontas de conceitos em um sentido positivista que, em vez de *promover* pensamento, o substitui.

No que concerne ao método da *Lógica* de Hegel, é, por conseguinte, incorreto que Arthur sugira que “é evidente que o resultado não pode ser ‘contido’ na premissa, pois o último é mais pobre em conteúdo que o anterior⁵⁹”. O resultado não somente é contido na premissa – em virtude do modo científico de apresentação, que é necessariamente um círculo (embora não estritamente circular no sentido lógico-formal⁶⁰), é a sua própria premissa:

O essencial para a ciência não é tanto que algo puramente imediato seja o início, mas que o todo da mesma seja um

⁵⁹ Arthur, 2004, p. 83. Discordo com Bidet neste ponto que parece acreditar que Arthur aceita a idéia de Hegel da impossibilidade de um início imediato: “... Arthur propõe um modo dialético de exposição, movendo-se simultaneamente para a frente e para trás ... Somente o fim define o início”. Bidet, 2005, p. 125-6. Em contraste, Arthur insiste que “um começo absoluto, sem condições impostas é necessário”. Arthur, 2004, p. 158.

⁶⁰ D. Wandschneider mostra que o pressuposto lógico no início da *Lógica* não é precisamente uma petição de princípio, porque em contraste a esta forma “circular” de argumentação, ele pode *explicar e definir* o seu conteúdo: “É decisivo que a forma de autorraciocínio fundamental (*Selbstbegründung*) [pelo qual se entende o fato de que a lógica / pensamento / argumentos não pode ser fundamentalmente posta em dúvida, exceto nos fundamentos da própria lógica / pensamento / argumentos, EL], seja um *fundamento* (*Begründung*), desde que não esteja fundada em suposições arbitrárias, mas tenha um caráter logicamente cogente. Raciocínio circular e autorraciocínio fundamental não são a mesma coisa”. Wandschneider, 1995, p. 19.

movimento circular [Kreislaut] em si mesmo, onde o primeiro também é o último e o último também é o primeiro⁶¹.

Assim, Arthur está enganado em hipostasiar que, para seguir o modelo da dialética de Hegel, “um começo absoluto sem condições impostas é necessário⁶²”. Esta afirmação só mostra o desconhecimento de Arthur da intenção crítica da exposição em que a hipostasiação de um conteúdo supostamente “absoluto” ou “puro” é ela mesma mostrada como uma falácia do intelecto. Ao contrário, o início da *Lógica* tematiza o desiderato de “pureza” e “absoluto” – ou, por assim dizer, “imediatidade” – como o *fetich* do intelecto que ainda está como que intocado pelas operações intrincadas da dialética conceitual. A exigência de iniciar com a pureza é, nas palavras de Hegel, uma expressão do incompreendido (“*das Unverstandene*”) em si, em virtude do qual deve perecer. Isto também porque “ser e nada” estão no estado de “perfeita inverdade”⁶³ (*in der vollkommenen Unwahrheit*).

Todavia, há ainda outra profunda dificuldade à espreita por trás da conceitualização expositiva de Arthur, que Jacques Bidet já indicou: pela sugestão de Arthur que “[s]e o valor depende para a sua realidade do pleno desenvolvimento da produção capitalista, então os conceitos do primeiro capítulo de Marx só podem ter um caráter *abstrato*...⁶⁴”, ele “parece confundir duas questões”⁶⁵. A primeira é *histórica* e (neste contexto, pelo menos) incontestável: a saber, que o valor só pode surgir a partir de um processo de produção e reprodução capitalista já implementada. O valor é, portanto, *ex post*, um fenômeno não a priori. Envolve também um vasto cataclismo do complexo jurídico-político que acompanha historicamente a gênese da produção capitalista. Mas isto não diz respeito à segunda questão, que é uma questão de *apresentação teórica*: “[Arthur] conclui que, no decorrer da exposição, o conceito de valor não pode ser plenamente desenvolvido antes da forma especificamente capitalista⁶⁶. Essa fusão do desenvolvimento

⁶¹ Hegel, 2016, p. 35. Note também que Hegel usa o tempo passado nesta passagem que para ele é uma consequência de já ter pesquisado e apreendido todo o desenvolvimento.

⁶² Arthur, 2004, p. 158.

⁶³ Hegel, 1986b, p. 86.

⁶⁴ Arthur, 2004, p. 26.

⁶⁵ Bidet, 2005, p. 130.

⁶⁶ *Ibid.*

histórico com a forma de apresentação está, portanto, convidando à abordagem “lógico-histórica” que Arthur rejeita em outros lugares⁶⁷.

Vejamos como Arthur resolve o problema do início que, sendo rico em pressupostos semânticos e pragmáticos, não pode considerá-los por si só.

A APLICAÇÃO DA LÓGICA DE HEGEL À APRESENTAÇÃO DA FORMA DE VALOR

Nesta seção, examinarei a tentativa de Arthur de elucidar a estrutura metodológica da análise da forma de valor de Marx, aplicando-a à maior divisão da *Lógica* de Hegel. Nela, a troca de mercadorias corresponde à Doutrina do Ser, a duplicação da mercadoria e do dinheiro corresponde à Doutrina da Essência e o capital corresponde à Doutrina do Conceito⁶⁸. Infelizmente, Arthur não fornece razões para essa correspondência particular e isso também não é seguido rigorosamente na análise da segunda parte de “*Marx’s Capital and Hegel’s Logic*”⁶⁹ (Capítulo 5 de *The New Dialectic and Marx’s Capital*). Mas esse, eu afirmo, é o lugar onde se encontra um dos problemas da tentativa de Arthur: uma seleção aleatória de categorias da *Lógica* de Hegel é seletiva e arbitrariamente aplicada a um apanhado de categorias mais ou menos aleatório dos cinco primeiros capítulos de *O Capital*. Contudo, há dois casos em que Arthur se baseia no desenvolvimento dialético-categorial do início da *Lógica* de Hegel com o Ser e o Nada. Um deles é encontrado na última parte de “*Marx’s Capital and Hegel’s Logic*”, discutido como a dialética da ausência e presença de valor no Capítulo 8, “*O Espectro do Capital*”. Embora, inicialmente, eu tenho planejado (e escrito) uma discussão de ambos os capítulos, por razões de espaço vou restringir minha discussão à apresentação de Arthur no capítulo “*Marx’s Capital and Hegel’s Logic*”. A razão é simples: a “dialética” da presença e ausência não acrescenta ganho cognitivo (*Erkenntnisgewinn*) à “homologização” que Arthur desenvolve entre Hegel que é clara e suficientemente ilustrada em “*Marx’s Capital and Hegel’s Logic*”.

⁶⁷ Confira também a crítica, em minha opinião, justificada de Arthur a Ernest Mandel em “*Marx, Orthodoxy, Labour, Value*”, em Arthur, 2000, pp. 5-11.

⁶⁸ Confira Arthur, 2004, p. 79.

⁶⁹ Pela “segunda ou última parte deste capítulo” quero dizer o texto seguindo o subtítulo “*The Presentation of the Value Form*”, em Arthur, 2004, pp. 89 e ss.

Na reconstrução de Arthur das categorias supostamente homólogas da teoria da forma de valor de Marx e do início da *Lógica* de Hegel, o Ser e o Nada – apesar de serem as primeiras categorias da Doutrina do Ser onde a “Qualidade” é tematizada – obtêm quase nenhum espaço a despeito de serem categorias cujos motivos são excessivamente justificados na introdução da *Lógica*. Arthur laconicamente aplica o ser e o “nada” de maneira não-relacionada e arbitrária à “troca de mercadorias”, na qual o seu status lógico é apresentado de forma totalmente obscura:

Dada a troca, podemos falar de mercadorias em termos de oposição fundamental entre ser e nada tratada por Hegel no início de sua *Lógica*. Eles têm seu **ser** nos circuitos de troca; mas eles ainda não revelem **nada** sobre si mesmos que garanta esse status; de fato, eles regularmente desaparecem do espaço das relações de troca, talvez para serem consumidos. Seu ser se torna **determinado** e fixado nesta esfera, de mercadorias de troca. As mercadorias são distintas de bens em geral pela **qualidade** de serem permutáveis.⁷⁰

De que forma podemos dizer que as categorias de Hegel formam o contexto para esta suposição? Mais importante talvez, de que forma a apresentação de Arthur obedece à tarefa autoimposta de pureza conceitual que ele encontra em Hegel? Em primeiro lugar, as categorias de Hegel no início não significam “coisas” tal como seria a mercadoria. Não é até a Doutrina da Essência, bem mais tarde na apresentação, que Hegel tematiza “existência” e as “coisas”⁷¹. Objetos verdadeiramente existentes, espacialmente extensos e identificáveis no tempo, estritamente falando, não formam uma parte da *Lógica*, mas pertencem à Filosofia da Natureza no sistema abrangente de Hegel⁷². No entanto, Arthur pressupõe a existência das “coisas” de acordo com esta apresentação anterior, minando sua própria

⁷⁰ Arthur, 2004, p. 90. Negrilo no original para destacar a terminologia de Hegel. Arthur aplica o mesmo procedimento para o conceito de Marx de “Dinheiro” em correspondência com conceitos da Doutrina da Essência de Hegel e do conceito de Marx de “Capital” em correspondência com conceitos da Doutrina do Conceito de Hegel. Confira Arthur, 2004, p. 95 e Arthur, 2004, p. 101. Por razões de espaço, as duas últimas “homologias” não podem ser discutidas. Veremos a partir da discussão da declarada homologia de Arthur entre “troca de mercadorias” e a Doutrina do Ser como as simples “homologias” conceituais são falhas em virtude de estarem posicionadas em diferentes níveis de abstração apenas na *Lógica* de Hegel.

⁷¹ Confira a Doutrina da Essência, onde na segunda Seção sobre a “Aparecimento” e o capítulo sobre a “Existência”, “a Coisa e suas propriedades” (*Das Ding und seine Eigenschaften*) é tematizado pela primeira vez. Hegel 1986c, p. 129.

⁷² Confira Hegel, 1986d, na Seção sobre a “Física”, §§ 272-336.

afirmação de pureza conceitual e misturando diferentes níveis de apresentação. Mas mesmo que admitamos que o “ser” das mercadorias seja o próprio ser que é tematizado no início da *Lógica* –onde as mercadorias se encaixam? Em outras palavras, que conceito na *Lógica* corresponde ao de mercadoria?⁷³ Para ter certeza, na seção anterior, Arthur introduz um esquema interpretativo específico pelo qual determina a mercadoria como ponto de partida, a tríade de “sociação, dissociação e associação” que também encontramos em Geert Reuten e Michael Williams⁷⁴. Com o auxílio desta heurística, Arthur identifica a “contradição da sociação-dissociação” como “o pressuposto de toda a época e, portanto, a nossa apresentação”⁷⁵.

[...] É a associação através da troca que dá “espaço de manobra” a esta contradição; a primeira categoria concreta é portanto esta mediação, e estudamos sua evolução; esta primeira categoria de *movimento* determina bens como mercadorias e conseqüentemente o primeiro objeto de análise é a mercadoria; uma unidade de valor de uso e valor de troca; esta duplicação é uma relação na qual a forma, o universal abstrato, domina a matéria, os valores de uso particulares; a forma de valor é, portanto, o tema da nossa dialética categorial⁷⁶.

Como o método de Hegel, ou para esta questão, de Marx, é refletido ou aplicado nesse pressuposto? Note aqui que o problema em discussão é a aplicação particular de Arthur da alegada homologia entre as categorias de Hegel àquelas de Marx, não uma rejeição geral de tal tentativa⁷⁷. Entretanto, não é claro como na visão de Arthur tanto a categoria de “movimento” quanto a categoria de “associação por meio da troca”, que supostamente requer a categoria da mercadoria, encontra seu correlato na *Lógica do Ser* de Hegel.

⁷³ No apêndice deste capítulo, Arthur fornece uma tabela com os conceitos correspondentes tanto no sistema de Hegel quanto na apresentação de Marx dos cinco primeiros capítulos de *O Capital* como uma visão geral do argumento anterior. Mas o modo como a correspondência entre a Doutrina do Ser e a Mercadoria é justificada, permanece completamente obscuro. O mesmo vale para as outras correspondências conceituais (por exemplo, a Doutrina da Essência corresponde ao Dinheiro, com o momento estrutural da “reflexão e mediação: o ser-para-si e aparecer do Conceito” funcionando como um esquema interpretativo sem mostrar como esta afirmação se aplica concretamente). Confira Arthur, 2004, pp. 108-109.

⁷⁴ Confira Reuten/Williams, 1989.

⁷⁵ Arthur, 2004, p. 88.

⁷⁶ Arthur, 2004, p. 89. Ênfase nos termos.

⁷⁷ Para uma discussão intensiva da mercadoria como o ponto de partida em relação à sua crítica “subterrânea” de Hegel que também funciona como seu pressuposto metodológico, deixe-me apenas referir a Pepperell, 2010, p. 142 e ss. A visão de que *O Capital* começa com a Mercadoria não é, contudo, incontestável. Confira Holloway, 2015.

Permitam-me que eu analise primeiramente a categoria de “movimento”: como obter a mercadoria a partir dela? Em primeiro lugar, Arthur parece confundir a *qualidade* de um objeto (que se move, circula) com ser uma *causa* do mesmo. Dizer que “esta primeira categoria de movimento determina os bens como mercadorias” toma uma das qualidades das mercadorias como a sua própria causa principal – enquanto seria não menos razoável assumir tanto “tempo” ou “espaço” em vez de “movimento” como fatores “causadores” da mercadoria. A relação entre “movimento” e “mercadoria” não pode ser apresentada de uma forma que revele o *nexo estritamente necessário* das categorias, de modo que a homologia que Arthur delineia é questionável. Em segundo lugar, embora seja verdade que, na forma de mercadoria, a forma domina a matéria— essa observação pode ser feita sem se referir à categoria de movimento. Além disso, enquanto que a “forma” e o “conteúdo” pertencem à *Lógica*, o “movimento” não é um tema da lógica, mas, novamente, pertence à Filosofia da Natureza⁷⁸. Ao todo, as categorias que Arthur escolhe da *Lógica* de Hegel, a fim de “identificá-los” com as da exposição de Marx pertencem a níveis inteiramente diferentes de abstração no sistema deste.

A categoria de “associação por meio da troca” é ainda mais questionável como tendo uma correspondência categorial no Ser ou no Nada. Seu status lógico é completamente obscuro quando mensurada contra a *Lógica*.

Mas voltemos à derivação conceitual pela qual Arthur identifica o Ser e o Nada na apresentação de Marx. Como devemos interpretar o contexto em que Arthur extrai a importante categoria do Nada para aplicá-la à troca de mercadorias? “[As mercadorias] não revelam **nada** sobre si mesmas que garanta esse status [de **ser**]; na verdade elas regularmente desaparecem do espaço das relações de troca, talvez para serem consumidas”. A análise de Arthur do ser e do nada para aqui. Com esta predicação, somos incapazes de discernir qualquer nexos conceitual significativo ou correspondência entre a noção de Nada no contexto do início da *Lógica* e a interpretação do próprio Arthur no contexto autoproclamado da análise da forma de valor de Marx. No entanto, há uma razão estrutural mais profunda para a derivação

⁷⁸ Na seção sobre a “Mecânica” na Primeira Divisão da Filosofia da Natureza da *Enciclopédia*. Hegel, 1986d, esp. §§ 262-3.

desigual de Arthur do nada a partir do contexto da *Lógica* de Hegel: Arthur não somente subestima a importância da categoria de “nada”, a qual introduz o tema da negação à *Lógica* de Hegel, mas também não fornece nenhuma explicação para o seu papel estratégico dentro do movimento dialético, como fazem, por exemplo, as teorias da estrutura antinômica da categoria do Nada. O que Arthur ignora é a complexidade e importância das primeiras determinações que dão origem ao desenvolvimento categorial dialético, em primeiro lugar, e, com ela, a dialética operando na estrutura da *Lógica* de Hegel. É estranho como Arthur proclama ter estabelecido uma “nova dialética”, que está diretamente informada pelas determinações das formas de Hegel – sem ter um conhecimento profundo do próprio método de Hegel – conforme ficará claro em pouco tempo.

Para voltar ao texto, de que modo Arthur, em seguida, justifica que “nada” é revelado e que “elas regularmente desaparecem do espaço (sic) das relações de troca, talvez para serem consumidas”. Permanece obscuro qual status lógico as categorias de “revelação”, “espaço” e “consumo” (e a noção de “talvez”, para esse caso!) têm no contexto de Marx – visto através das lentes do início da *Lógica* – e qual é a sua conexão interna. Novamente, as categorias de “espaço” e “consumo” não pertencem precisamente à *Lógica*, muito menos na sua relação conceitual, e não possuem correspondência discernível no esquema conceitual de Marx⁷⁹. Por outro lado, Arthur omite livremente a importante categoria Devir nesta apresentação como pré-condição para a concretização das categorias de Dasein e Negação, e, em vez disso, integra a categoria de “qualidade” que não faz parte da dedução categorial, mas é um tema abrangente do capítulo!⁸⁰ A escolha de Arthur a respeito de quais os conceitos da *Lógica* de Hegel são refletidos na análise da forma de valor de Marx e quais não são, parece seguir nenhuma linha de dedução discernível e torna a sua seleção completamente arbitrária.

⁷⁹ A objeção de que as mercadorias são produzidas para consumo perde completamente de vista o objetivo da análise da forma de valor de Marx: “Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia”. Marx, 1976a, p. 126 (ed. brasileira: idem, 2013, p. 114). Confira também “... a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias”. Marx, 1976a, p. 127 (ed. brasileira: idem, 2013, p. 115).

⁸⁰ É o título da Primeira Seção da *Lógica*: “Determinação (Qualidade)”. Veja Hegel, 1986b, p. 82.

Por ora, entretanto, façamos um excuro sobre o importante conceito de Nada por algum tempo e logo após elucidemos a importante heurística da estrutura antinômica. A categoria de Negação na Lógica de Hegel, a forma mais complexa e avançada do Nada e o motor do pensamento dialético, tem o seu lugar sistemático no capítulo sobre o “Dasein” como a forma mais concreta do Ser. Ela mostra em si a sua própria necessidade *de e para* o pensamento (*zeigt an sich selbst seine eigene Denknöwendigkeit*), porque, como o “puro” Nada, ela seria *impensável*, conforme mostrarei em breve. O mesmo se aplica ao Ser e sua “autossemelhança” com o Nada. Em outras palavras, na indeterminidade e abstração do “impensável” introduzidas como categorias ainda incompreendidas do Ser e do Nada em que, como determinação ainda incompleta do Nada, é primeiramente introduzida, a *imediatidade torna-se tematizada como sua primeira impossibilidade*, conforme mostrado acima. Pode-se argumentar que, neste caso, Hegel deveria ter começado com a categoria de “imediatidade” (ou “indeterminidade”, ou o “indeterminável”), sem mais delongas – mas mesmo neste caso, uma abstração adicional teria mostrado que a “imediatidade” já contém uma negação: a saber, aquela da mediação (ou “mediatidade”, *Vermittlung*). Em outras palavras, colocar a “imediatidade” (*Unmittelbarkeit*) como a primeira categoria, irá mostrar-se ser o *outro* da – a *negação* da – mediatidade. Como tal, ela contém uma *categoria de reflexão*, a diferença para a mediatidade que só é tematizada na Doutrina da Essência – mas ainda estamos no reino do Ser. Consequentemente, descobrimos que a categoria de imediatidade é, portanto, derivada, contrário da sua suposta “pureza”. Chegamos a encontrar o Ser e o Nada como as primeiras categorias, contudo incompletas, “distantes da verdade” – e como tal, mediadas. Mostrei acima como Hegel compreende o começo não como puro, mas como o “resultado” de um processo circular no qual “conhecimento puro” (uma contradição em termos) é “liberado” (*entlassen*) para a sua forma pura na imediatidade.

O argumento que quero assinalar aqui em quase indesculpável brevidade, baseando-me nas obras de Kesselring (1981) e Wandschneider (1995), é que a exposição dialética do Ser e do Nada tem de ser entendida como uma *estrutura antinômica, contendo uma contradição antinômica*. Esta estrutura antinômica sucumbe ao movimento categorial do pensamento dialético em sua forma mais geral, de modo que abordar a função da

estrutura antinômica irá simultaneamente fornecer um esboço de uma teoria da dialética e destacar o papel essencial da negação dentro dela. A seguir, o que está em jogo é a afirmação de Arthur de que a apresentação da forma de valor em *O Capital vol. 1* e da *Lógica* de Hegel “devem ser identificadas; não estamos simplesmente aplicando a lógica de Hegel a um conteúdo independente”⁸¹ e [afirmando] que as “formas” de valor “estão com efeito de tal pureza abstrata que constituem uma verdadeira encarnação das ideias da lógica de Hegel”. A leitura de Arthur conforme explicado acima será contrastada com duas abordagens que lidam com a dialética do Ser e Nada no começo da *Lógica* e fornecerá uma compreensão central para a dialética de Hegel – a fim de questionar a validade da afirmação de Arthur. Nesse sentido, o que se segue não é uma apresentação exaustiva da dialética de Hegel, mas um padrão mínimo pelo qual podemos começar a decifrar sua complexidade.

EXCURSO. A ESTRUTURA ANTINÔMICA DO SER E NADA

Como a autora do presente ensaio, o trabalho pioneiro de Kesselring sobre o papel da estrutura antinômica assume as categorias de Ser e Nada como uma “totalidade concreta [...] semelhante a um gérmen” (“*keimhaft angelegte Konkrete Totalität*”) que só pode ser legitimada “em retrospectiva” (“*im Rückblick*”)⁸². A busca por um início “absoluto” – um regresso que é, simultaneamente, um progresso – mostraria que o próprio pensamento é a abstração final. O problema, porém, é que o pensamento em si não pode ser abstraído. O que pode ser abstraído, no entanto, é o conteúdo do pensamento. É o Ser na sua forma “pura” que é abstraído de todo conteúdo do pensamento, de modo que o Ser “é” o conceito mais abstrato, o conceito mais indeterminado. No entanto, cada predicação lógica a ser feita sobre o Ser deve necessariamente “falsificar” ou “distorcer” seu próprio caráter, de modo que devemos procurar um outro método para determinar o indeterminado:

⁸¹ Arthur, 2004, p. 82.

⁸² Kesselring, 1981, p. 566. Arthur curiosamente também usa o conceito de “gérmen” de valor em sua “imediatidade”, mas não fornece nenhum método com o qual mostra seu “desdobramento”, nem em retrospectiva nem desde o início.

Consciência respectivamente pensamento, porque abstrai de toda abstração, agora só confronta o Ser, que está em uma constituição (*Verfassung*) que é falsificada por qualquer sentença sólida que vise caracterizá-lo. Porque quem fala ou pensa sobre o Ser na verdade não abstraiu do seu próprio pensamento. Assim, se Hegel descreve o desenvolvimento a partir do Ser para o Nada e o Devir em direção ao *Dasein* (Ser Determinado), ele se move dentro de uma reflexão externa (sob o ponto de vista do “puro Ser”, linguagem e pensamento discursivo seriam impossíveis).⁸³

A apresentação do desenvolvimento categorial só seria possível com base na abstração do pensamento (reflexão interna), e, uma vez que exigiria um desempenho cognitivo, é factualmente (auto)contraditório e, portanto, impossível. No entanto Kesselring argumenta que esta “impossibilidade” é de importância constitutiva para a compreensão do método da *Lógica* porque é traduzível dentro da relação legítima de uma estrutura antinômica, pela qual o desenvolvimento das categorias é iniciado. Recapitulando: as determinações do pensamento (*Denkbestimmungen*) do Ser e Nada “imediatos”, sendo pura qualidade, evitam qualquer conteúdo determinável. É por isso que o Ser e o Nada, em sua similaridade indeterminável (diferenciar o Ser do Nada já pressuporia o pensamento-reflexão “não é”, o que tornaria o Ser “imediato” determinado, e, portanto, “não-imediato”) não podem receber uma *predicação*. Consequentemente, Hegel não diz o que o Ser e o Nada são, mas usa um anacoluto para significar sua impensabilidade pura: “Ser, puro Ser – sem qualquer determinação adicional”⁸⁴ e “Nada, puro Nada; é autossimilaridade simples, o vazio perfeito, indeterminação e ausência de conteúdo (*Inhaltslosigkeit*); indiferenciação em si (*Ununterschiedenheit em selbst*)”⁸⁵.

O pré-requisito para a estrutura antinômica iniciar o desenvolvimento dialético é o fato de que o Ser é “determinado como indeterminado” (*als bestimmt unbestimmt*). Isto leva à antinomia (A):

(A) **qualquer** Ser é indeterminado, mas então é errado que seja determinado (mesmo “como indeterminado”)

⁸³ Kesselring, 1981, p. 571.

⁸⁴ Hegel, 1986b, p. 82.

⁸⁵ Hegel, 1986b, p. 83.

ou o Ser é determinado, mas então é errado determiná-lo como indeterminado.⁸⁶

A antinomia (A) só pode ser resolvida se sua causa é eliminada, ou seja, se ela é abstraída da performance cognitiva subjetiva que lhe deu origem. “Todavia, essa abstração requer *negar* indeterminadamente o termo ‘determinado’ na expressão ‘determinado como indeterminado’ (esta expressão é o resultado de uma performance cognitiva). O Ser será então, no entanto, impredicável ... cada performance subjetiva no Ser seria então negada – mas esta negação em si ainda seria uma performance subjetiva”⁸⁷. Este problema leva à antinomia (B):

(B) **qualquer** um tenta explicar o que é o Ser – mas isso leva a negar a tentativa, isto é, deixá-lo ser

ou alguém conscientemente abandona essa tentativa; com o método de *não* pensar o Ser, alguém no entanto aplica o procedimento correto de pensar o Ser.

Podemos ver aqui como a categoria de *Negação* funciona como o motor do desenvolvimento subsequente, mas também de “determinação” do Ser no Nada em retrospectiva: já realizamos o ato cognitivo de *negar* ambos a fim de sermos capazes de pensá-los. “A causa da antinomia”, Kesselring argumenta, encontra-se na abstração do pensamento de si mesmo. Essa abstração tem como consequência que o próprio Ser desaparece, de modo que ele ignora o nada (‘Nada’) ... mas como cada abstração é um ato cognitivo (*Denkleistung*), em (B) nós não apenas lidamos com nada, mas com este ato cognitivo particular (da negação)”⁸⁸. Considerando que o que quer que estejamos até agora tentando caracterizar como o Ser leva ao Nada, o seu “oposto”, como a sua consequente determinação de forma, também indica o Ser e o Nada como “o mesmo” em sua “autossemelhança”. Contudo, eles também são *diferentes*, como a performance cognitiva da negação deixa claro em retrospectiva: sem uma função semântica separada do Nada a partir do Ser, não chegaríamos ao

⁸⁶ Kesselring, 1981, p. 572.

⁸⁷ Kesselring, 1981, p. 572.

⁸⁸ Kesselring, 1981, p. 572.

Dasein, nem à categoria de Negação. Aqui, precisamente, é o núcleo da estrutura antinômica inerente às primeiras determinações.

A análise de Wandschneider da estrutura antinômica a ser identificada como a função dialética básica no método de Hegel é ainda mais clara. Na sua análise, ele assume o princípio da complementaridade (*Komplementaritätsprinzip*). Nele, o Ser, em virtude de sua constituição lógico-semântica, deve ser “semanticamente equivalente” ao “não-Nada” (“*nicht-Nichtsein*”). Esquemáticamente, isto está expresso em

$$(1) \quad \langle S \rangle = \langle \text{não-N} \rangle^{89}.$$

A oposição expressa nessa equação é “constitutiva para o significado do Ser”⁹⁰. A oposição poderia, no entanto, também ser expressa em termos de equivalência, então: $\langle S \rangle$ não é equivalente a $\langle N \rangle$. O “não é” em itálico mostra, no entanto, que o conceito $\langle S \rangle$ em seu significado de Ser mesmo apresenta um caso de não-ser. Ele tem, portanto, a qualidade que é equivalente ao significado do conceito de $\langle N \rangle$ que nós identificamos anteriormente como o seu oposto em (1). Porque o Ser, portanto, se torna “uma instância de $\langle N \rangle$ ”, podemos dizer:

$$(2) \quad \langle S \rangle \text{ é } \langle N \rangle\text{-equivalente.}^{91}$$

Neste esquema, para $\langle S \rangle$ ainda, portanto, o significado do Ser deve ser concedido, expresso na cópula. O conceito $\langle S \rangle$ tem, portanto, a qualidade que corresponde ao seu significado: Ser. Neste caso, $\langle S \rangle$ é $\langle S \rangle$ -equivalente. Mas de acordo com (1), $\langle S \rangle$ não é equivalente a $\langle N \rangle$, de modo que:

$$(3) \quad \langle S \rangle \text{ não é } \langle N \rangle\text{-equivalente.}^{92}$$

⁸⁹ Wandschneider, 1995, p. 104, onde $\langle S \rangle$ significa Ser; $\langle N \rangle$, o Nada; e as aspas em linha “ $\langle \dots \rangle$ ” significam o conteúdo semântico intensional (não intencional) expresso no conceito, não uma entidade ou “instância” que é seu equivalente (por exemplo, o reino das coisas que existem).

⁹⁰ Wandschneider, 1995, p. 55.

⁹¹ “ $\langle S \rangle$ ist $\langle N \rangle$ -entsprechend.”. Wandschneider, 1995, p. 56.

⁹² “ $\langle S \rangle$ ist nicht $\langle N \rangle$ -entsprechend.”. Ibid.

Seguindo (3) a partir de (2), colocamos um automatismo em movimento, uma vez que no lado de <S> novamente chegamos a um caso de não-ser (“não é”)⁹³. Uma nova predicção deve ser assim atribuída a <S>, a qual contradiria o esquema anterior. Wandschneider chama “estruturas antinômicas” -- que devem estar baseadas em um conceito antinômico --, os predicados alternadamente contraditórios que resultam de suas aplicações a um conceito por meio da reflexão sobre o seu conteúdo semântico. O conceito antinômico traz uma estrutura antinômica por ser “a determinação negativa da equivalência em relação a si mesma” (*negative Entsprechungsbestimmung seiner selbst*)⁹⁴. Desta determinação negativa da equivalência em relação a si mesma – ou esta *autorreferencialidade negativa* – segue-se que cada aplicação de uma estrutura de predicção neste conceito antinômico resultada em determinações de equivalência permanentemente alternadas. A sequência de determinações de equivalências alternadamente contraditórias é a principal característica do conceito antinômico que Wandschneider encontra nas determinações do início de Hegel. Concretamente, o conceito antinômico no qual se baseia o primeiro movimento pode ser encontrado no esquema

(4) <N> = <não-<N>-equivalente>.

É, no entanto, importante para Wandschneider que a passagem do nível das *qualidades* (‘<N>-equivalente’, ‘não-<N>-equivalente’) para o nível do *significado* seja considerada em (4). Ao inferir que uma relação de equivalência (*Entsprechungsverhältnis*) determina a qualidade de uma

⁹³ Hegel desenvolve este argumento mais claramente na edição original de 1812 do que na edição de 1831. Na Observação 2 ao primeiro capítulo, sucedendo a categoria de *Devir*, novamente ele enfatiza o nexos necessário entre o Ser e o Nada, mostrando que Ser “é nada” e que “isso deve ser mostrado na sua imediatidade”. Seu primeiro exemplo é “o Ser é o Absoluto”. Aqui, de acordo com Hegel, o Ser está predicado de algo que não é, “que é diferenciado dele”. Hegel, 1966, p. 35. “O que é diferenciado dele é algo outro a ele; o outro, no entanto, contém o Nada daquilo pelo qual é seu Outro. Portanto, o que está contido nesta sentença não é puro Ser, mas, ao mesmo tempo, Ser em relação ao seu Nada. – O Absoluto é, portanto, diferenciado a partir dele; mas ao se dizer que ele é o Absoluto, diz-se também que eles não são diferenciados”. Hegel, 1966, p. 36. Em outras palavras, o que se expressa na sentença de identidade – o não-ser da diferença – simultaneamente expressa de maneira esta mesma diferença.

⁹⁴ Wandschneider, 1995, p. 37.

entidade (no sentido de que “<vermelho>-equivalente” determina a qualidade “vermelho”), agora podemos dizer que o conceito <não-<N>-equivalente> é equivalente ao conceito de <não-N>. A partir disto e (1), segue-se

$$(5) \quad \langle S \rangle = \langle N \rangle.$$

Este resultado é obviamente contraditório para (1), mesmo se (1) for indispensável para o conteúdo semântico <S> e não pode ser descartado. Para o significado do Ser, é desnecessário dizer, a demarcação contra a sua negação, o Nada ou Não-Ser⁹⁵, é constitutiva. Wandschneider entende que ambas as predições, (1) e (5), têm de ser válidas, mesmo que sejam mutuamente exclusivas. O argumento que Wandschneider enfatiza é que elas não são formalmente contraditórias porque ambas as predicções aderem a níveis diferentes de reflexão. Ele, portanto, sugere a introdução do conceito de “equivalência de significado oposto” (*entgegengesetzte Bedeutungsäquivalenz*) para elucidar a relação entre os elementos mutuamente exclusivos e mutuamente pressupostos:

$$(6) \quad (\langle S \rangle = \langle \text{não-} \langle N \rangle) \oplus (\langle S \rangle = \langle N \rangle)$$

O símbolo “ \oplus ” não denota “disjunção exclusiva” neste caso, mas que ambos os lados da predição estão ligados a partir de um todo que não é uma contradição formal, mas dialética: ela foi gerada a partir do movimento do próprio pensamento, embora abordando simultaneamente dois diferentes níveis de abstração. Cada lado, considerado isoladamente, evocaria uma contradição formal, mas não quando vemos como um lado pressupõe o outro.

É desnecessário dizer, a discussão acima proporciona apenas um pequeno detalhe do argumento geral que Wandschneider oferece em sua interpretação do método dialético de Hegel, que por motivo de espaço só pode ser apresentada em extrema limitação. Wandschneider, por exemplo, desenvolve o aspecto da diferença entre a contradição pragmático-dialética

⁹⁵ Nada e Não-Ser também são sinônimo em Hegel: “Se for considerado mais correto opor o não-ser ao ser, em vez de nada, não há nenhuma objeção a isto quanto ao resultado, uma vez que no não-ser não está contida a referência ao ser”. Hegel 2010, p. 60.

e contradição semântico-dialética, mencionada anteriormente em conexão com o “excedente pragmático do significado” – essa discussão, porém, deve permanecer excluída desta apresentação. Para os nossos propósitos, é útil apenas fornecer um vislumbre da complexidade que envolve não só a abstração conceitual, mas os níveis multifacetados do pensamento *determinando a si mesmo* pelo qual Hegel introduz a dialética do início. Com este cenário argumentativo em mente, chegamos à conclusão de que a afirmação de Arthur de que as “formas” de valor “são, em efeito, de tal pureza abstrata que constituem uma verdadeira encarnação das ideias da lógica de Hegel” é difícil de defender, especialmente quando as “ideias da lógica de Hegel” – ou melhor, a *ideia* da lógica de Hegel e da teoria da dialética que acompanha seus desdobramentos – são apenas insuficientemente compreendidas.

Em suma, o estudo de “*Marx’s Capital and Hegel’s Logic*” permanece fortemente seletivo a respeito dos conceitos da *Lógica* aplicados aos teoremas apresentados nos capítulos da obra principal de Marx: as categorias da maior divisão da *Lógica* em Ser, Essência e Conceito (na qual Arthur omite Devir, Finitude / Infinitude, Ser-para-Si, o Uno e os Muitos, Repulsão e Atração somente no capítulo sobre a Qualidade), são aplicados à Troca de Mercadorias, Dinheiro e Capital (cap. 1 e 4, omitindo cap. 2, 3 e partes do cap. 1, tal como, reveladoramente, a seção 4 sobre o “Fetichismo das Mercadorias e seu Segredo”). Não seria problemático admitir que nem toda categoria da *Lógica* se mostrará correspondente com aquelas da obra de Marx: mas teria de ser 1) uma defesa da decisão de apresentar categorias específicas omitindo outras (o que por sua vez exige uma reflexão metodológica clara sobre a própria apresentação), e 2) uma concessão transparente ou aviso de que a exposição não pode ser 100% rigorosa. Em vez disso, Arthur argumenta que O *Capital* de Marx e a *Lógica* de Hegel “devem ser *identificados*”.

Mas também, nos termos do próprio Arthur, a decisão metodológica a respeito de que categoria deve ser escolhida para apresentar o início da análise de Marx não é clara. Encontramos vários conceitos e várias justificações desses conceitos para designar a primeira categoria de O *Capital*. Arthur dá razões para a “mercadoria” enquanto ponto de partida –

“Para começar, vamos analisar a própria forma da mercadoria”⁹⁶- mas ele parece ser incapaz de decidir se não deveria ser, em vez disso, simplesmente, a “forma de valor”, que “deve ser analisada em primeiro lugar”⁹⁷, ou a *troca* de mercadorias: “Em outras palavras ... a apresentação começa com o modo de troca”⁹⁸.

Vamos finalmente nos voltar para o terceiro e último problema com o programa de pesquisa de Arthur e a forma como ele é conduzido: a questão de uma possível analogia entre O *Capital* de Marx e uma *crítica* da economia política em Hegel.

O QUE SOBRA DO ÍMPETO CRÍTICO DE MARX SE DISSERMOS QUE A ANÁLISE DA FORMA DE VALOR E A LÓGICA DE HEGEL DEVEM SER “IDENTIFICADAS”?

Na discussão da “*Hegel’s Theory of the Value form*” (Capítulo 9), Arthur demonstra convincentemente a trajetória de Hegel a partir de uma teoria do valor objetiva no sistema de Jena rumo a uma “virada idealista”⁹⁹ em sua *Filosofia do Direito*, onde o valor é determinado exclusivamente pelas vontades e necessidades de proprietários de valores de uso independentes “informados por considerações racionais”¹⁰⁰. Em sua mediação sobre uma escala social universal em dinheiro, Arthur vincula seu *insight* ao problema do valor como tempo de trabalho socialmente necessário que fica ofuscado pela troca de tal maneira conduzida, e diz que “[é] a nível global, onde a troca é uma mediação social sistemática e regular, que os tempos de trabalho socialmente necessários impõem-se eles mesmos na troca”¹⁰¹. Mais especificamente, Arthur vê a teoria do valor de Hegel como inocente do tipo de fetichismo de mercadoria que Marx criticou no primeiro capítulo de O *Capital*, a saber, o de ver o valor como uma qualidade *inerente* da mercadoria. Ele prefere ver Hegel como culpado por ter “fetichizado a *forma* da mercadoria”:

⁹⁶ Arthur, 2004, p. 85.

⁹⁷ Arthur, 2004, p. 86.

⁹⁸ Arthur, 2004, p. 86.

⁹⁹ Arthur, 2004, p. 191.

¹⁰⁰ Arthur, 2004, p. 189.

¹⁰¹ Arthur 2004, p. 190.

Hegel insiste, não menos fortemente que Marx, que o valor é uma forma imposta sobre os bens nas relações estabelecidas pela atividade social. Mas para Marx essa forma é o objeto da crítica: o fetichismo da mercadoria é um sinal de que o “processo de produção tem domínio sobre o ser humano, em vez do contrário”. No entanto, Hegel interpreta a mesma situação como aquela em que ao impor essa forma social às coisas “o ser humano demonstra seu domínio sobre elas”. De acordo com este princípio, Hegel avança a alegação de que “é o valor da coisa onde a sua substancialidade genuína se torna determinada e um objeto de consciência”. Ao afirmar que a coisa tem “substancialidade genuína” para nós apenas no valor, Hegel, assim, acabou fetichizando a *forma* da mercadoria.¹⁰²

Esse é, contudo, um argumento propenso à contradição, isso é, por um lado, que Hegel é *inocente* da leitura que Arthur oferece da crítica de Marx do fetichismo da mercadoria na seção 4, Capítulo 1 – ou seja, de “substancializar” um conteúdo de valor à mercadoria – e, por outro, afirmar, na frase seguinte, que isto é precisamente o que Hegel faz – ou seja, afirmar que “a coisa tem ‘substancialidade genuína’ para nós apenas no valor” e dizer que este ponto de vista é apenas uma vítima da *forma* da mercadoria.

Colocando-se de lado este estranho estilo de argumento, o que é ganhamos do insight – a meu ver, correto – de Arthur que a avaliação de Hegel da forma de valor carece fundamentalmente do ímpeto crítico da análise de Marx que culmina em sua concepção do fetiche? Ainda podemos “identificar” ambos? Não é o caso que Hegel – conforme Arthur indica – tornar-se vítima do fetiche que Marx descreve, e para o qual “o “alegado” domínio “do ser humano” sobre o processo de produção é paradigmático? Para protelar a primeira questão por um momento e preliminarmente responder à segunda com um “sim”, voltemo-nos para uma visão mais geral do projeto de Hegel, contrastando-o com Marx. Para Hegel, o conceito revela a si mesmo. Em primeiro lugar, no nível da aparência, é superficialmente verdadeiro, enquanto que com as outras distinções se torna falso, antes que se torne finalmente verdadeiro “outra vez”, mas agora como a totalidade concreta de todas as determinações anteriores que são suprassumidas, no triplo significado da palavra¹⁰³. Para Marx, em forte contraste com Hegel, entretanto, o conceito não se revela. Compreender as operações do sistema

¹⁰² Arthur 2004, p. 191.

¹⁰³ O significado triplo é menos claro em inglês do que em alemão, onde “*Aufheben*” denota 1. levantar algo, 2. manter algo (no sentido de “*aufbewahren*”), 3. abolir algo. Todos os três significados são incorporados no desenvolvimento categórico.

capitalista não é de modo algum uma questão de autoapresentação do conceito. Muito pelo contrário: o que o conceito e os conceitos representam (*darstellen*) têm de ser lidos *contra eles mesmos*, como o abismo entre a sua aparência e seus pressupostos incompreendidos, ou sua essência. Para Marx, a verdade do que é não chega a *aparecer*. Esta é a sua principal objeção ao idealismo de Hegel no qual, se nós somente recapitularmos cuidadosamente a jornada dialética do conceito, nós seremos recompensados com a aparência da Verdade. Mas, para Marx, os conceitos econômicos existem devido a sua falsidade necessária. Para afirmar isso mais precisamente – tornando as coisas mais complicadas –, tudo o que existe na forma conceitual de convenção social e econômica existe no estado de meras aparências. A essência desses conceitos está oculta, muitas vezes, na “morada da produção”. O fetichismo (de mercadorias) que é o tema central da *Crítica da Economia Política* de Marx expressa a crítica da verdade invertida na aparência das categorias. Utilizemos o “valor do trabalho” como um exemplo no qual

[...] O conceito de valor não só se apagou por completo, mas converteu-se em seu contrário. É uma expressão tão imaginária, como o valor da terra. Essas expressões imaginárias surgem, no entanto, das próprias relações de produção. São categorias para as formas em que se manifestam relações essenciais. Que em sua manifestação as coisas frequentemente se apresentam invertidas é algo conhecido em quase todas as ciências, menos na economia política.¹⁰⁴

Em virtude de seu sistema, Hegel era contrário à ideia de que o real e o ideal não poderiam ser correspondentes – com a importante condição de que o entendimento/intelecto desse lugar à apreensão *dialética* das falsidades iniciais dos conceitos a fim de acessar a sua verdade na qual, finalmente, o mundo e o conceito que temos dele coincidiriam. Este seria o mundo da *razão*. Em suma, para Hegel, a nossa tarefa é compreender as categorias lógicas, naturais, científicas, históricas, econômicas, sociais e psicológicas na sua *verdade definitiva*, não – como Marx – na sua *falsidade definitiva*. Para Hegel, portanto, o entendimento kantiano poderia apenas fornecer uma imagem distorcida e incompleta do que existe. Hegel viu a sua “*inovação da dialética*” como o momento abrangente de tal compreensão limitada do mundo que, finalmente, revelaria a coincidência entre Ser e

¹⁰⁴ Marx, 1976a, p. 677 (ed. brasileira: idem, 2013, p. 607).

Pensamento. Enquanto abordagem científica, nada poderia estar mais longe do projeto crítico de Marx. De fato, a visão de mundo afirmativa de Hegel, que não contradiz a busca de uma perspectiva crítica de determinadas escolas filosóficas e de seu “mundo reificado da metafísica”¹⁰⁵ (Hume, Berkeley, “filosofia crítica” alemã, “intuição intelectual” fichteana) – especialmente em relação aos anos posteriores e à *Enciclopédia* – não poderia incorporar um conceito como o fetichismo (de mercadorias) mesmo se quisesse. Simplesmente identificar a teoria de Marx com a *Lógica* de Hegel sugere abandonar o projeto de Marx de uma “crítica implacável de tudo o que existe”¹⁰⁶.

Isto não é negar que o sistema de Hegel carece de uma função crítica *in toto*. Muito pelo contrário, conforme o estudo influente e seminal de Michael Theunissen *Being and Seeming – The Critical Function of Hegel’s Logic (Sein und Schein - Die kritische Funktion der Hegelschen Logik)* mostrou, o método de Hegel compartilha um interesse cognitivo importante com o projeto de Marx, ou seja, a *unidade de apresentação e crítica (die Einheit von Darstellung und Kritik)*, que é particularmente clara na *Fenomenologia do Espírito*, mas também na *Lógica*. Citando o *Fenomenologia*: “Nada mais fácil que julgar o que tem conteúdo (*Gehalt*) e solidez (*Gediegenheit*); apreendê-lo é mais difícil; e o que produzir sua exposição, que unifica a ambos.”¹⁰⁷, de acordo com Theunissen, a *Fenomenologia* representa o padrão metodológico que

Na apresentação, a compreensão (*das Erfassen*) conecta-se ao juízo (*Beurteilung*), que sempre é crítico. Hegel também coloca à *Ciência da Lógica* as mesmas exigências. Ao mesmo tempo, ele dedica [a *Lógica*] à tarefa da crítica que deve estar em harmonia com a apresentação. Ademais, ele está convencido de que a unidade da apresentação e da crítica que a filosofia geralmente tem de se perseguir caracterizaria a lógica não somente como uma, ou seja, como a ciência filosófica fundamental, mas como uma *lógica*, isto é, em seu aspecto metodológico específico.¹⁰⁸

Mas o empreendimento crítico de Hegel não é apenas uma questão de forma ou método. Conforme Theunissen mostra em grandes detalhes (os

¹⁰⁵ Theunissen, 1980, p. 71.

¹⁰⁶ Marx em sua carta para Arnold Ruge, setembro de 1843. Marx, 1976b, p. 344.

¹⁰⁷ Hegel, 1986a, p. 11 (ed. brasileira: idem, 1992, p. 23).

¹⁰⁸ Theunissen, p. 14.

quais é impossível reproduzir aqui), o objeto da crítica de Hegel, especialmente na *Lógica do Ser* é o “pensamento reificante” (*vergegenständlichendes Denken*), mais precisamente uma ontologia que afirma a existência do Ser-em-si: “A crítica do pensamento reificante é a vocação específica desta parte da *Lógica*”¹⁰⁹. O que se segue é o desenvolvimento da *Lógica* de Hegel como uma crítica da “indiferença” (*Gleichgültigkeit*) e da “dominação” (*Herrschaft*) como tema geral e objeto de crítica que, para Theunissen, em certa medida também se aplica a Marx. Como para Hegel, é precisamente porque a expressão do ser-lógico (*seinslogische*) para a constituição do ser reificado (*Dasein*) é a “indiferença em relação ao outro”¹¹⁰. A indiferença é o sinal das primeiras falsidades dos próprios conceitos, como categorias isoladas, na separação de sua reflexividade, a sua precisa “indiferença” (ou “imediatidade” como vimos na autossemelhança do Ser e do Nada), elas devem perecer. Como crítico da indiferença, entretanto, Hegel também se torna um crítico da dominação. De acordo com Theunissen, a *Lógica da Essência* desempenha um papel importante aqui: ela revela o que o pensamento reificante realmente faz. Em seu curso, a reificação (*Vergegenständlichung*) torna-se a autonomização (*Verselbständigung*)¹¹¹ que é produzida por categorias que fixam tudo o que é apenas em relação a si mesmas. A autonomia (*Selbständigkeit*) das categorias na *Lógica da Essência* é o que a diferencia da *Lógica do Ser*, mas estas categorias (ou seja, o “Uno” e o “Outro”) são elas mesmas apenas na sua unidade, em conjunto: “obviamente”, Theunissen argumenta, “este ser-com-um- outro, ou unidade, é o oposto de indiferença para com o outro”¹¹². Neste estado de oposição, no entanto, eles não são indiferentes, mas se relacionam um com o outro de uma forma específica que convida à *dominação de um sobre o outro*: o ser autônomo do Uno (*das Eine*), que está em oposição ao Outro (*Das andere*) torna-se o Conjunto (*das Ganze*) que engloba o Outro como seu próprio momento: portanto, a dominação. A partir daqui Theunissen prossegue dizendo que “[a] identidade dos conceitos de autonomia em oposição, contudo, expressam mais do que apenas a ‘unidade’ da indiferença e da

¹⁰⁹ Theunissen, 1981, p. 25.

¹¹⁰ Theunissen, 1981, p. 25. Para ser diferenciado da determinação lógico-essencial (*wesenslogisch*) da “indiferença para si”.

¹¹¹ Theunissen, 1981, p. 28.

¹¹² Theunissen, 1981, p. 28.

dominação. A dominação não somente pressupõe a existência indiferente (*gleichgültiges Bestehen*), mas a exponenciação¹¹³. Uma vez que a relação de determinações de reflexão consigo mesmas é definida pela posse da “relação de seu ser diferente (*Anderssein*) em si”, precisamente expressão de sua indiferença em sua relação consigo (isolamento), ele constantemente reforça sua própria dominação sobre o outro. Assim, a dominação e a indiferença estão intrinsecamente entrelaçadas, e com boas razões pode-se supor que elas formam um *topos* fundamental da crítica de Hegel.¹¹⁴

Note-se que aqui Hegel argumenta apenas estritamente dentro do reino da *Lógica*. Mas Theunissen abre a possibilidade de que esta interpretação conduza a uma forma mais fundamentalmente epistemológica que poderia informar a nossa percepção da totalidade social:

Se [a *Lógica Objetiva*] contém [uma crítica das relações reais], [então] [é] apenas no sentido de que ela é mediada diretamente através da crítica das determinações de pensamento. Uma crítica de ambas as relações reais de indiferença e de dominação deve ser mediada através da apresentação crítica do pensamento que apresenta relações como as de indiferença e dominação. A transformação deste segundo tipo de crítica no primeiro, no entanto, só pode ocorrer por meio da identificação da aparência (*Schein*) das determinações de pensamento com aquele de seu aparecimento real (*reelle Erscheinung*).¹¹⁵

Com a discussão acima, penso que nós podemos ver como Marx tomou o método de Hegel a fim de desenvolver uma “crítica implacável de tudo o que existe” – que Theunissen vê potencialmente concretizada em Hegel. O grande *insight* de Theunissen de que a indiferença e a dominação servem como os pilares da crítica de Hegel no nível do *Lógica* irá, penso eu, facilmente provar ser igualmente fundamental para Marx. Seria necessária uma análise mais rigorosa da incorporação do método de Hegel em Marx que aquela realizada por Arthur para ver a homologia de ambos em termos de uma crítica fundamental à autocompreensão capitalista.

Tradução: Tiago Porto

¹¹³ Theunissen, 1981, p. 30.

¹¹⁴ Razões que, obviamente, não puderam tomar parte da discussão aqui, mas elaboradas no livro de Theunissen em grandes detalhes.

¹¹⁵ Theunissen, 1981, p. 144.

BIBLIOGRAFIA

ARTHUR, Christopher J. Marx, Orthodoxy, Labour, Value. In: VOLLGRAF, C.-E.; SPERL, Richard; HECKER, Rolf (ed.) *Marx' Ökonomiekritik im Kapital: Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Berlin: Argument-Verlag, 2000, pp. 5-11.

_____. *The New Dialectic and Marx's Capital*. Historical Materialism Book Series. Leiden: Brill, 2004.

_____. Money and Exchange. *Capital & Class*, 90, 2006, pp. 7-34.

BECKER, Werner. *Hegels Begriff der Dialektik und das Prinzip des Idealismus. Zur systematischen Kritik der logischen und der phänomenologischen Dialektik (Hegel's Concept of the Dialectic and the Principle of Idealism. A Contribution to the Systematic Criticism of Logical and Phenomenological Dialectic)*. Stuttgart: Kohlhammer, 1969.

BIDET, Jacques. The Dialectician's Interpretation of Capital. *Historical Materialism* 13:2, 2005, pp. 121- 146.

BÖHME, Hartmut. Das Fetischismus-Konzept von Marx und sein Kontext (The Concept of Fetishism in Marx and Its Context). In: GERHARDT, Volker (ed.) *Marxismus. Versuch einer Bilanz (Marxism. An Attempt at Taking Stock)*, Magdeburg: Edition Humboldt, 2001, pp. 289-319.

COLLMER, Thomas. *Hegels Dialektik der Negativität. Untersuchungen für eine selbst-kritische Theorie der Dialektik (Hegel's Dialectic of Negativity. Studies for a Self-critical Theory of Dialectic)*, Giessen: Focus, 2002.

DIMOULIS, Dimitri; MILIOS, Yannis. Werttheorie, Ideologie und Fetischismus (Value Theory, Ideology and Fetishism). In: VOLLGRAF, C.-E.; SPERL, Richard; HECKER, Rolf (ed.) *Marx' Ökonomiekritik im Kapital: Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*. Berlin: Argument-Verlag, 2000, pp. 12- 56.

ELEY, Lothar. *Hegels Wissenschaft der Logik. Leitfaden und Kommentar (Hegel's Science of Logic. Guide and Commentary)*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1976.

FULDA, Hans Friedrich. *Das Problem einer Einleitung in Hegels Wissenschaft der Logik (The Problem of an Introduction to Hegel's Science of Logic)*, Frankfurt: Klostermann, 1975.

GERAS, Norman. *Essence and Appearance: Aspect of Fetishism in Marx's Capital*. *New Left Review* 1/65 (January-February 1971), 1971, pp. 69-85.

HARTMANN, Klaus 1999, *Hegels Logik (Hegel's Logic)*, ed. by O. Müller. Berlin and New York: de Gruyter.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Wissenschaft der Logik. Erster Band, Erstes Buch. Das Sein*. Faksimiledruck nach der Erstausgabe von 1812. Besorgt von Wolfgang Wieland. (*The Science of Logic. First Volume, Book One. Being*. Reprint Copy of the First Edition of 1812, ed. by Wolfgang Wieland). Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1966.

_____. *Die Phänomenologie des Geistes (The Phenomenology of Spirit)*. In: HEGEL, G.W.F. *Werke* Bd. 3. Frankfurt: Suhrkamp, 1986a. [Ed. brasileira: _____. *Fenomenologia do espírito*. Partes I e II. Petrópolis: Vozes, 1992].

_____. *Wissenschaft der Logik I (The Science of Logic I)*. In: HEGEL, G.W.F. *Werke* Bd. 5. Frankfurt: Suhrkamp, 1986b.

_____. *Wissenschaft der Logik II (The Science of Logic II)*. In: HEGEL, G.W.F. *Werke* Bd. 6. Frankfurt: Suhrkamp, 1986c.

_____. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse 1830. Zweiter Teil: Die Naturphilosophie*. In: G.W.F. HEGEL *Werke*, Bd. 9 (*Outline of an Encyclopaedia of Philosophical Sciences 1830. Second Part: The Philosophy of Nature*). Frankfurt: Suhrkamp, 1986d.

_____. *The Encyclopedia Logic. With the Zusätze. Part One of the Encyclopedia of Philosophical Sciences with the Zusätze*. Translated by T. F. Geraets, W. A. Suchting, and H. S. Harris. Indianapolis: Hackett, 1991.

_____. *The Science of Logic*. Translated by George di Giovanni. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____. *Ciência da Lógica*. Doutrina do Ser. V. 1. Tradutores: Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini; Coordenador: Agemir Bavaresco; Colaboradores: Michaela Bordignon, Tomás Farcic Menk e Karl-Heinz Efken. Petrópolis: Vozes, 2016 (no prelo).

HENRICH, Dieter. *Hegel im Kontext (Hegel in Context)*. Frankfurt: Suhrkamp, 1967.

_____. *Formen der Negation in Hegels Logik (Forms of Negation in Hegel's Logic)*. In: HORSTMANN, Rolf-Peter (ed.). *Seminar: Dialektik in der Philosophie Hegels*. Frankfurt: Suhrkamp, 1978.

_____ (ed.). *Kant oder Hegel? Über Formen der Begründung in der Philosophie (Kant or Hegel? On Forms of Reasoning In Philosophy)*. In: *Veröffentlichungen der Internationalen Hegel-Vereinigung* Band 12. Stuttgart: Klett-Cotta, 1983.

_____ (ed.). *Hegels Wissenschaft der Logik. Formation und Rekonstruktion (Hegel's Science of Logic. Formation and Reconstruction)* in *Veröffentlichungen der Internationalen Hegel-Vereinigung* Band 16. Stuttgart: Klett-Cotta, 1986

HÖSLE, Vittorio. *Hegels System. Der Idealismus der Subjektivität und das Problem der Intersubjektivität*. 2 Bde. (*Hegel's System. The Idealism of Subjectivity and the Problem of Intersubjectivity*. 2 vols). Hamburg: Felix Meiner, 1987.

HOLLOWAY, John. *Read Capital: The First Sentence, Or Capital starts with Wealth, not the Commodity*. *Historical Materialism* 23.3, 2015, pp. 3-26.

JAESCHKE, Walter; SIEP, Ludwig. *Hegel-Studien Band 35- (Hegel-Studies. Volume 35-)*, Hamburg: Felix Meiner (since 1999), 2000.

KESSELRING, Thomas. *Voraussetzungen und dialektische Struktur des Anfangs der Hegelschen Logik (Presuppositions and dialectical structure at the beginning of Hegel's Logic)*. *Zeitschrift für philosophische Forschung*, Band 35, Heft 3, 1981 pp. 563-584.

_____. *Die Produktivität der Antinomie. Hegels Dialektik im Lichte der genetischen Erkenntnistheorie und der formalen Logik (The Productivity of the Antinomy. Hegel's Dialectic in the Light of Genetic Epistemology and Formal Logic)*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

KURUMA, Samezō. *Kachikeitairon to kōkankateiron (The Theory of Value Form and The Theory of the Exchange Process)*. Tokyo: Iwanami Shoten, 1957.

_____. *Marx's Theory of the Genesis of Money. How, Why and Through What Is A Commodity Money?*, translated by E. Michael Schauerte. Denver: Outskirts Press, 2009.

MARX, Karl. *A Contribution To The Critique of Political Economy*. Chicago: Charles H. Kerr & Company, 1904 (1859). [Ed. brasileira: _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008].

_____. *Briefe Januar 1868 bis Mitte Juli 1870 (Letters January 1868 – middle of July 1870)*. In: *Marx Engels Werke*, Band 32, Berlin: Karl Dietz, 1961.

_____. *Capital. A Critique of Political Economy. Volume One*. Translated by B. Fowkes. London: Penguin 1976a (1867). [Ed. brasileira: _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013].

_____. *Deutsch-Französische Jahrbücher*. In: *Marx Engels Werke*, Band 1, Berlin: Karl Dietz, 1976b.

_____. *Capital. A Critique of Political Economy. Volume Three. Translated by D. Fernbach*. London: Penguin, 1981(1894). [Ed. brasileira: _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. 2 tomos. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coleção Os Economistas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986].

_____. *Marx Engels Collected Works (MECW)*. Vol. 28. *Economic Works 1857-1861*. Moscow: Progress Publishers, 1986.

_____. *Marx Engels Collected Works (MECW)*. Vol. 29. *Economic Works 1857-1861*. Moscow: Progress Publishers, 1987.

MOSELEY, Fred (ed.), *Marx's Method in Capital: A Reexamination*. Humanities Press: Atlantic Highlands, NJ, 1993.

_____. *Abstract Labor: Substance or Form? A Critique of the Value-Form Interpretation of Marx's Theory*, 1997. Disponível em <https://www.mtholyoke.edu/~fmoseley/Working_Papers_PDF/VALUEFRM.pdf>

MURRAY, Patrick. The Giant's New Staircase. In: *Historical Materialism*, 13:2, 2005, pp. 61-83.

PEPPERELL, Nicole, *Disassembling Capital*. Doctoral Dissertation. School of Global Studies, Social Science and Planning Portfolio of Design and Social Context, RMIT University (unpublished), 2010.

PÖGGELER, Otto; NICOLIN, Friedhelm. *Hegel-Studien*. Band 1-35 (Hegel-Studies. Volume 1-35), Hegel-Kommission der Deutschen Forschungsgemeinschaft, Hamburg: Felix Meiner (since 1999), 1961-2000.

REUTEN, Geert; WILLIAMS, Michael. *Value Form and the State. The Tendencies of Accumulation and the Determination of Economic Policy in Capitalist Society*. New York: Routledge, 1989.

SEKINE, Thomas T. The Dialectic of *Capital*: An Unoist Interpretation. *Science and Society* vol. 62, no. 3, 1998, pp. 434-445.

_____. *Towards a Critique of Bourgeois Economics*. Essays of Thomas T. Sekine. Edited by John R. Bell. Berlin: Owl of Minerva Press, 2013.

THEUNISSEN, Michael. *Sein und Schein*. Die kritische Funktion der Hegelschen Logik (*Being and Seeming*. The Critical Function of Hegel's Logic). Frankfurt: Suhrkamp, 1980.

WANDSCHNEIDER, Dieter. *Grundzüge einer Theorie der Dialektik (Outline of a Theory of Dialectic)*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1995.

WIELAND, Wolfgang. *Bemerkungen zum Anfang von Hegels Logik (Remarks on the Beginning of Hegel's Logic)*. In: HORSTMANN, Rolf-Peter (ed.). *Seminar: Dialektik in der Philosophie Hegels (Seminar: Dialectic in Hegel's Philosophy)*. Frankfurt: Suhrkamp, 1978.